

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – MDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

LIDERANÇAS – 2018

BLOCO MINAS MELHOR (COLIGAÇÃO MDB – PT – PRB – PR – PCdoB – Avante – Pros)	
Líder	Deputado André Quintão
Vice-Líderes	Deputado Celinho do Sinttrocel Deputado Doutor Jean Freire Deputado Léo Portela

BLOCO COMPROMISSO COM MINAS GERAIS (COLIGAÇÃO PV – PSD – PSB – PPS – PSC – Patri – Pode – PTC – DC)	
Líder	Deputado Agostinho Patrus Filho
Vice-Líderes	Deputado Anselmo José Domingos Deputado Antonio Lerin Deputado Emidinho Madeira Deputado Fabiano Tolentino Deputado Fred Costa

BLOCO VERDADE E COERÊNCIA (COLIGAÇÃO PSDB – PDT – PP – PTB – DEM)	
Líder	Deputado Gustavo Corrêa
Vice-Líderes	

LIDERANÇA DA MAIORIA	
Líder	Deputado Tadeu Martins Leite

LIDERANÇA DA MINORIA	
Líder	Deputado Gustavo Valadares

LIDERANÇA DO GOVERNO	
Líder	
Vice-Líderes	Deputado Bosco Deputado Cristiano Silveira Deputado Dirceu Ribeiro Deputado Gustavo Santana

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cabo Júlio	MDB – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	DC – BCMG	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
	BVC	

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Isauro Calais	MDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bosco	Avante – BMM	

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quintas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	Presidente
Deputado Fred Costa	Patri – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	
	BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	Presidente
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Isauro Calais	MDB – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	Avante – BMM	Presidente
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	Vice-Presidente
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
	BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	PV – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	Presidente
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Isauro Calais	MDB – BMM	
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
Deputado Elismar Prado	Pros – BMM	

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Reuniões Ordinárias:

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Arlete Magalhães	DC – BCMG	
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	Presidente
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado Nozinho	PDT – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	PPS – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	Presidente
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Noraldino Júnior	PSC – BCMG	
	BMM	
	BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	
Deputado Cabo Júlio	MDB – BMM	
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputada Celise Laviola	MDB – BMM	Presidente
Deputada Ione Pinheiro	DEM – BVC	Vice-Presidente
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Dirceu Ribeiro	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputada Arlete Magalhães	DC – BCMG	

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	Presidente
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	

Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM
MEMBROS SUPLENTE:	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG
Deputado João Vítor Xavier	PSDB – BVC
Deputado Douglas Melo	MDB – BMM
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	Presidente
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
Deputado Arnaldo Silva	DEM – BVC	
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	Presidente
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Sávio Souza Cruz	MDB – BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		

Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM
Deputado Felipe Attiê	PTB – BVC
	BMM

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 16 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado João Vitor Xavier	PSDB – BVC	Presidente
Deputado Bosco	Avante – BMM	Vice-Presidente
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Antonio Lerin	PSB – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Tito Torres	PSDB – BVC	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Mário Henrique Caixa	PV – BCMG	

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	Presidente
Deputada Marília Campos	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Fred Costa	Patri – BCMG	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG	
Deputada Rosângela Reis	Pode – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Bosco	Avante – BMM	
Deputado Leandro Genaro	PSD – BCMG	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
	BMM	

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 15h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG	Presidente
Deputado Léo Portela	PR – BMM	Vice-Presidente
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
	BMM	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	
Deputado Carlos Henrique	PRB – BMM	
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
	BMM	

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
Deputado Cássio Soares	PSD – BCMG	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Ulysses Gomes	PT – BMM	
Deputado Roberto Andrade	PSB – BCMG	
Deputado Hely Tarquínio	PV – BCMG	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	Presidente
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Doutor Jean Freire	PT – BMM	
Deputado Bonifácio Mourão	PSDB – BVC	

Deputado Ricardo Faria	PCdoB – BMM
MEMBROS SUPLENTEs:	
Deputado Neilando Pimenta	Pode – BCMG
Deputado Antônio Jorge	PPS – BCMG
Deputado Léo Portela	PR – BMM
Deputado Braulio Braz	PTB – BVC
	BMM

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Sargento Rodrigues	PTB – BVC	Presidente
Deputado Iran Barbosa	MDB – BMM	Vice-Presidente
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Doutor Wilson Batista	PSD – BVC	
MEMBROS SUPLENTEs:		
Deputado Antônio Carlos Arantes	PSDB – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado João Leite	PSDB – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
	BMM	

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Reuniões Ordinárias: quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	Presidente
Deputada Geisa Teixeira	PT – BMM	Vice-Presidente
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
	BVC	
	BMM	
MEMBROS SUPLENTEs:		
Deputado Paulo Guedes	PT – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Antonio Carlos Arantes	PSDB - BVC	
Deputada Marília Campos	PT – BMM	

Deputado Emidinho Madeira	PSB – BCMG
---------------------------	------------

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias: terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Fábio Cherem	PDT – BVC	Presidente
Deputado Anselmo José Domingos	PTC – BCMG	Vice-Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	PCdoB – BMM	
Deputado Gustavo Santana	PR – BMM	
Deputado Gustavo Valadares	PSDB – BVC	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Duarte Bechir	PSD – BCMG	
Deputado Coronel Piccinini	PSB – BCMG	
Deputado João Magalhães	MDB – BMM	
Deputado Fábio Avelar Oliveira	Avante – BMM	
Deputado Gil Pereira	PP – BVC	

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:		
Deputado Luiz Humberto Carneiro	PSDB – BVC	Presidente
	BMM	Vice-Presidente
Deputado Agostinho Patrus Filho	PV – BCMG	
Deputado André Quintão	PT – BMM	
Deputado Gilberto Abramo	PRB – BMM	
Deputado Gustavo Corrêa	DEM – BVC	
Deputado Tiago Ulisses	PV – BCMG	
MEMBROS SUPLENTE:		
Deputado Carlos Pimenta	PDT – BVC	
Deputado Leonídio Bouças	MDB – BMM	
Deputado Thiago Cota	MDB – BMM	
Deputado Ivair Nogueira	MDB – BMM	
Deputado Cristiano Silveira	PT – BMM	
Deputado Dilzon Melo	PTB – BVC	
Deputado Glaycon Franco	PV – BCMG	

Ouvidor-Geral: Deputado Hely Tarquínio

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Plenário
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**

**ATA****ATA DA 20ª REUNIÃO ESPECIAL DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 22/10/2018****Presidência do Deputado Gil Pereira**

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Palavras do Sr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Gustavo Colares – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Encerramento – Ordem do Dia.

Comparecimento

– Comparece o deputado:

Gil Pereira.

Abertura

O presidente (deputado Gil Pereira) – Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear o Grupo Folclórico Banzé pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Gustavo Colares, presidente do Grupo Folclórico Banzé; Angelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura, representando o governador do Estado, Fernando Pimentel; Antônio Soares Dias, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no período de 1977 a 1978; Marcelo Félix Alves de Araújo, prefeito municipal de Januária e presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene; e Jamil Curi, presidente do Conselho Superior da Associação Comercial de Montes Claros.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a um vídeo sobre o Grupo Folclórico Banzé.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, o deputado Gil Pereira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Palavras do Presidente

Inicialmente, quero agradecer a presença das senhoras e dos senhores que honram muito esta data comemorativa dos 50 anos do Banzé. É uma presença muito honrosa para esta Casa.

Saúdo o nosso jovem amigo Gustavo Colares, presidente do Grupo Folclórico Banzé; o Exmo. Sr. Angelo Oswaldo, secretário de Cultura de Minas Gerais e grande amigo, representando o governador Fernando Pimentel; e o deputado Antônio Dias, ex-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no período de 1977 a 1978, representando a presidência da Sociedade Rural de Montes Claros; e Exmo. Sr. Marcelo Félix Alves de Araújo, prefeito de Januária e presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene. Obrigado, grande prefeito e amigo. Cumprimento também o amigo e presidente do Conselho Superior da Associação Comercial de Montes Claros, da qual fui presidente várias vezes, Dr. Jamil Curi, cuja presença também nos honra muito. Minhas senhoras e meus senhores, tenho a honra de saudar o Grupo Folclórico Banzé em nome do Parlamento mineiro nesta solenidade festiva dos seus 50 anos de existência. Esta Casa Legislativa celebra e abraça nesta noite aqueles que com sua arte fizeram e fazem do Grupo Banzé um espetáculo de encantamento e beleza. Saúdo seu presidente, Gustavo Colares, legítimo representante de sua fundadora, Dona Zezé Colares, uma doce avó que lhe transmitiu o saber e o amor pela arte e cultura.

Falar sobre o Banzé é abordar o sonho, a essência artística e a luta da sua idealizadora e criadora, que tantas vezes fez uso do patrimônio familiar para viabilizar as viagens para apresentações do grupo no Brasil e no exterior. É também lembrar a verdadeira história de amor dessa mulher, que fez do Norte de Minas seu ponto de partida na construção desse projeto ousado, divulgando para o mundo a riqueza de nossas tradições e manifestações culturais.

Fundado em 20 de maio de 1968, o Grupo Folclórico Banzé é uma associação sem fins lucrativos, cuja atuação se fundamenta na pesquisa, preservação e difusão das tradições culturais e folclóricas de diversas regiões do Brasil e, em especial, do Norte de Minas Gerais. O grupo tem o seu trabalho voltado para a pesquisa, estudo e análise das manifestações folclóricas genuínas, adaptando seus elementos autênticos aos espaços culturais modernos, tornando possível a apresentação de sua arte para todos, quer nos palcos, nos estúdios e locais capazes de abrigar grandes eventos públicos. Trabalha com a harmonização de melodias do nosso cancionário popular e modificações de elementos das danças, para adequá-las aos seus propósitos e alcançar seus objetivos. Compositores e coreógrafos que atuam no grupo mantêm na criação de novas danças o respeito aos elementos tradicionais do folclore, usando critérios contemporâneos de expressão e criação. Ao longo dos seus 50 anos de atuação, marcados pelo trabalho voluntário de seus dançarinos, diretores e músicos, o Banzé conservou a mesma filosofia, promovendo a integração artística do povo com o seu folclore e as suas raízes.

O empenho de seus integrantes e a preocupação em garantir a autenticidade das manifestações fizeram com que ganhasse, paulatinamente, repercussão e notoriedade nacional e internacional. Isso levou o Grupo Banzé a representar o Brasil em festivais culturais nos diversos países dos cinco continentes. O Banzé foi também o anfitrião de grupos folclóricos nacionais e estrangeiros quando Montes Claros sediou o Festival Internacional de Folclore.

Esse trabalho de pesquisa permitiu o resgate de danças como zabumba, primeira a ser representada pelo Banzé, e outras como candomblé, traíra, festa do Rosário, catopê, São Gonçalo, pastorinhas, carneiro, catira, mineiro-pau, xerém, frevo, siriá, bastão, coco, danças gaúchas e ciranda, dança que marcou o início do Grupo Mirim Banzezinho em meados de 1976.

É também do grupo Banzé a iniciativa de criar o Centro de Tradições Mineiras – CTM –, Museu do Folclore, que foi inaugurado em 12/8/1993 como uma extensão da Faculdade de Educação Artística da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

O Banzé produziu e gravou, na década de 1970, dois LPs e, alguns anos mais tarde, produziu um CD musical. A primeira obra, o disco Grupo Folclórico Banzé, foi lançada em 1977, no conservatório Lorenzo Fernández, e foi reconhecida e homenageada por ninguém menos que Carlos Drummond de Andrade, em sua crônica “Dia de ganhar presente”. Homenagear o Banzé é reconhecer as nossas genuínas raízes culturais, é resgatar tradições coreográficas e musicais, preservadas somente por aqueles imbuídos do compromisso de manter vivas as nossas mais ricas memórias da cultura brasileira.

O berço do Banzé é Montes Claros. Porém, o grupo, por sua excelência artística, já não mais pertence àquela cidade: alçou altos voos, transpôs Minas e o Brasil e, reconhecido e premiado internacionalmente, é motivo de orgulho para todos aqueles que encontram na cultura um complemento fundamental na formação do ser humano. Das Gerais para o mundo, cantando, dançando e encantando, não perdeu a sua essência de embaixador cultural da nossa cidade e do Norte de Minas.

Ao longo da sua brilhante trajetória, o Banzé foi aplaudido pelas maiores figuras públicas do nosso país, como os presidentes da República Juscelino Kubitschek, Tancredo Neves e Itamar Franco, e por todos os governadores de Minas, tendo no então governador Anastasia um incentivador e entusiasta apoiador. Agora, ao completar 50 anos de atuação, recebe desta egrégia Casa o reconhecimento e o agradecimento dos mineiros, que têm no Banzé uma referência cultural.

Síntese das nossas mais caras tradições culturais, no cinquentenário do grupo Banzé, rendemos justa homenagem de gratidão e de reconhecimento a Maria José Colares Moreira, a dona Zezé Colares, artífice maior desse nosso patrimônio. Celebramos o espírito inovador da sua fundadora, professora de folclore e de história da música. Saudamos ainda os ex e atuais integrantes do grupo: a diretora Jacqueline Pimenta e as cofundadoras Marina Lorenzo Fernández, Dalva Rocha, Terezinha Wanderley Alcântara e Selda Cabral. Desse sonho transformado em realidade pela luta e pioneirismo dessas mulheres sonhadoras, três gerações se sucedem, mantendo vivas nossas mais caras tradições e preservando a herança cultural e artística para tantas outras gerações que nos seguirão.

Dona Zezé Colares tratava seus meninos, adolescentes ou já adultos, como seus próprios filhos. Inúmeros jovens escreveram a trajetória de suas vidas de sucesso conduzidos pelos valores essenciais à formação humana, valores plantados quando integrantes do Banzé. A convivência saudável entre os participantes do grupo narra histórias de vidas enriquecidas pelo saber cultural, pela partilha e pela consolidação de laços afetivos e familiares. São histórias pessoais que se entrelaçam com a história do Banzé e de sua trajetória vitoriosa.

Neste momento de celebração cultural, peço vênua para prestar uma justa homenagem ao grande escritor, cartunista, artista plástico, poeta, compositor e professor da UFMG Georgino Jorge de Souza Júnior, que nos deixou há poucos dias.

Um expoente da arte e da cultura de Montes Claros, Georgino Júnior nos deixa muitos legados, entre eles a poesia que emociona Montes Claros: Montescleareou. São versos em parceria com seu grande amigo Tino Gomes, hoje também homenageado como membro do Banzé. À família, aos amigos, à arte e à cultura de Montes Claros, o nosso sincero pesar.

Encerro minhas palavras com a esperança e com a certeza de que a história contida no canto e na dança do Banzé continuará a ser escrita, e outros aqui virão saudar e aplaudir o grupo de Dona Zezé, o Grupo Folclórico Banzé. “Louvado seja o sonho infinito...” Parabéns, Banzé! Muito obrigado!

Palavras do Sr. Angelo Oswaldo de Araújo Santos

Cumprimento o Exmo. Sr. deputado Gil Pereira, que preside esta cerimônia e é o autor da iniciativa para se homenagear, no Legislativo mineiro, o Grupo Folclórico Banzé, de Montes Claros; o caro presidente do Grupo Folclórico Banzé, Gustavo Colares; o Exmo. Sr. Antônio Soares Dias, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no período de 1977 a 1978 e ex-prefeito de

Francisco Sá, cidade-irmã de Montes Claros. É uma alegria reencontrá-lo. Cumprimento o Exmo. Sr. Marcelo Félix Alves de Araújo, prefeito de Januária e presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene. É uma satisfação poder cumprimentá-lo aqui. A nossa secretaria de Estado está promovendo a restauração da Igreja do Rosário do Brejo do Amparo, uma das mais antigas do Estado, que representa muitas referências do pioneirismo do Norte na conquista das Minas Gerais. Cumprimento o Sr. Presidente do Conselho Superior da Associação Comercial de Montes Claros, Jamil Curi; senhoras; senhores; amigos e amigas do Banzé.

Venho com muita alegria a esta cerimônia, como representante do nosso governador Fernando Pimentel e secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais, mas também, especialmente, como amigo e admirador do Banzé e de Zezé Colares. Montes Claros tem a legenda de ser o coração robusto do sertão. E esse coração bate no ritmo do Banzé, das festas de agosto, tão bem recolhidas por Zezé Colares naquilo que tem de mais essencial nas manifestações populares do Norte de Minas, na nossa cultura forjada como uma soma de contribuições. O Banzé sempre soube mostrar muito bem isso, na riqueza do nosso folclore e da nossa cultura popular, na diversidade e na opulência dos bailados das apresentações feitas em Montes Claros, depois por Minas Gerais afora, pelo Brasil e pelo exterior.

Quando secretário de Cultura de Minas Gerais, no governo Itamar Franco, e agora como secretário de Cultura do governo Fernando Pimentel, acompanhei de muito perto as ações do Banzé. Naquele tempo, de 1999 a 2002, contávamos com a presença dinâmica de Zezé; hoje temos a sua inspiração, porque ela será sempre, como disse o deputado Gil Pereira, essa referência, essa baliza, essa pessoa que nos convida, que nos emociona e que nos leva para a frente, acreditando na nossa cultura popular, acreditando nas raízes do Brasil, num momento de globalização, de internacionalização da cultura, e, por isso mesmo, de diluição das raízes. O Banzé mostra essa vocação de Minas Gerais por aquilo que é genuíno e autêntico, por aquilo que nos dá identidade, por aquilo que nos revela como mineiros e mineiras.

Daí, o carinho que temos pelo trabalho do Banzé. É meio século de arte e cultura na história de Minas Gerais. Como secretário de Cultura e militante da cultura mineira, nossos parabéns ao Banzé e a todos os seus integrantes. Deixo especialmente um grande viva a Zezé Colares, que é uma referência, um baluarte da nossa cultura, pessoa de uma abnegação extraordinária e de uma sensibilidade ímpar. Foi com sua sensibilidade e com esse sentimento profundo da cultura popular, da cultura de raiz, que ela nos legou o Banzé. Viva o Banzé!

Entrega de Placa

O locutor – O deputado Gil Pereira, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Sr. Gustavo Colares. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: “Criado em 1968 pela professora Maria José Colares, do Conservatório Estadual de Música Lorenzo Fernández, em Montes Claros, o Grupo Folclórico Banzé é hoje um dos maiores guardiões da cultura popular brasileira. Frutos de intensa pesquisa, seus espetáculos de dança e música, premiados nacional e internacionalmente, enaltecem o legado cultural do País, especialmente o congado, as religiões africanas, o baião, o samba e o maracatu. O grupo ainda é responsável pela formação de centenas de jovens que vêm construindo uma carreira de sucesso no setor das artes. Por seu notável trabalho de divulgação e engrandecimento da cultura nacional, o Grupo Folclórico Banzé, no aniversário de 50 anos de sua fundação, recebe justa homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.”.

– Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Gustavo Colares

Boa noite a todos! Gostaria de cumprimentar os Exmos. Srs. deputado Gil Pereira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Adalclever Lopes; Angelo Oswaldo de Araújo Santos, secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais; Antônio Dias, querido amigo, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais no período de 1977 a 1978; e Marcelo Félix Alves de Araújo, prefeito de Januária e

presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene; e Jamil Curi, presidente do Conselho Superior da Associação Comercial de Montes Claros.

Família, amigos e todos que vieram prestigiar o Grupo Folclórico Banzé esta noite; meus amigos, amigos da minha avó, ex-integrantes do Banzé, integrantes atuais, todos que estão aqui, mais uma vez, boa noite e muito obrigado pela presença.

Pesquisar e representar o nosso folclore não é apenas um trabalho criativo ou uma forma de divulgar a nossa cultura, mas também um modo de respeitar a história de um povo e reconhecer nossas tradições como peça fundamental no posicionamento de uma nação no cenário político, cultural e econômico mundial. O folclore está na música, na dança, na comida, na moda, na arquitetura, na língua, no trabalho, nas brincadeiras, nas histórias, na fé, na família. O folclore está dentro de mim, de vocês e de todos que vivem em sociedade. São nossas tradições, nossas crenças e manifestações populares que nos diferem de outros povos e podem nos proporcionar, de alguma maneira, destaque e admiração. Essa admiração começa de dentro para fora. Se temos orgulho de quem somos, conquistamos o orgulho dos outros. O trabalho do Banzé é firmar dentro de cada um de nós a nossa identidade e lembrar sempre de quem somos e de onde viemos. O trabalho do Banzé é dizer que você tem história, tem procedência, tem motivos para se admirar e possibilidades de evoluir em comunidade. Foram 50 anos de atuação, foram mais de 800 pessoas envolvidas diretamente com esse trabalho, valorizando a sua identidade, conhecendo e respeitando outras culturas. É um público inestimável que admira e nos reconhece como protetores e embaixadores do nosso patrimônio cultural imaterial brasileiro. Por meio da nossa música e dos nossos passos, distribuímos conhecimento e alegria, promovemos o respeito e a integração entre os povos. Somos protetores da nossa história e promotores da paz mundial.

Por meio deste grupo, eu, assim como outros tantos jovens, aprendi a conviver entre pessoas de diferentes culturas, classes sociais, religião, cor, orientação sexual, educação e ideais políticos. Hoje, somos uma família de mais de 800 pessoas que se uniram em prol da paz e da valorização das nossas tradições.

É em nome de toda esta família que agradeço à Zezé Colares por plantar esta semente com tanto amor e dedicação; à Marina Lorenzo Fernandes, à Antonieta Silva Silvério, à Madaleine Oliffson, à Dalva Rocha e à Jacqueline Pimenta de Carvalho por regarem e ajudarem a fortalecer este nosso laço com o nosso folclore e nos enxergarem como irmãos. Agradeço àqueles que estão do meu lado hoje e me ajudam a manter este trabalho e multiplicar este bem: Marcos Arruda, Natália Colares, Mauro Guedes, Selda Cabral e todo o Grupo Banzé que hoje dança e canta a nossa história. Agradeço a todos que acreditaram e apoiaram esse trabalho e afirmo a importância desses apoiadores que, infelizmente, estão cada vez mais escassos. Nós precisamos da ajuda de empresas públicas e privadas e de pessoas físicas que invistam nos nossos projetos para continuar esse trabalho. Agradeço ao autor desta homenagem, Sr. Deputado Gil Pereira, que sempre acreditou no Banzé e o ajudou em seus projetos. Agradeço a esta Casa por nos receber e a Deus por iluminar o caminho do grupo e possibilitar que isso tudo se tornasse possível.

Boa noite a todos e, mais uma vez, muito obrigado. Parabéns, Grupo Banzé!

Exibição de Vídeo

O locutor – Assistiremos agora a uma apresentação em vídeo do Grupo Folclórico Banzé.

– Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Presidente

Quero agradecer e registrar também a presença do ex-secretário de Desenvolvimento e Projeto Estratégico do Estado de Minas Gerais, Luiz Antônio Athayde, nosso conterrâneo de Montes Claros; do nosso grande jornalista, defensor e amigo de dona Zezé, Carlos Lindenberg; do vice-prefeito de Bocaiúva, José Marião; do Valtinho, nosso secretário; e do Dr. Jamil, que sempre incentivou dona Zezé e esteve a seu lado – tenho certeza de que ela está alegre aqui com sua presença. Agradecemos ainda ao prefeito de Januária, essa terra da cultura, como disse o nosso secretário Angelo Oswaldo, onde se iniciaram as nossas Minas Gerais; o nosso

secretário Angelo Oswaldo, que aqui representa o governador Fernando Pimentel – obrigado por seu trabalho e luta, com certeza, onde estiver, estará defendendo o Grupo Banzé da dona Zezé; o nosso presidente Antônio Dias, que também está representando a Sociedade Rural de Montes Claros e que presidiu muito bem a nossa Casa; e a você, Gustavo – parabéns por esse trabalho. Agradecemos a toda a família do Grupo Banzé, aos que já passaram e aos que estão presentes, lutando com você. Quero deixar meu abraço fraternal a todos. Estamos fazendo bodas de ouro, 50 anos, e quero também ser convidado para o centenário, não se esqueçam de mim.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 23, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia (– A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 23/9/2017.). Levanta-se a reunião.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 71ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 24/10/2018

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.019, que dispõe sobre o acesso a dados de vítimas, testemunhas e de agentes de segurança pública constantes de registros de evento de defesa social – Reds. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.020, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 24.022, que institui a política estadual de incentivo e apoio à construção de cisternas nas zonas rurais do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.026, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito que especifica. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.035, que altera a Lei nº 22.914, de 12 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.828/2017, do deputado Antônio Jorge, que autoriza o Poder Executivo a conceder pensão aos filhos de pessoas com hanseníase. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Saúde.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.000/2018, do governador do Estado, que institui as carreiras do Grupo de Atividades de Pesquisa e Ensino em Políticas Públicas do Poder Executivo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 4.029/2017, do deputado Rogério Correia.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 2.648/2015, da deputada Arlete Magalhães.

No 1º turno: Projeto de Lei nº 216/2015, do deputado Fred Costa e do deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 4.597/2017, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 4.627/2017, do deputado Antônio Lerin; e 5.214/2018, do deputado Fred Costa.

Requerimentos nºs 11.318, 11.514 e 11.516/2018, da Comissão de Participação Popular; 11.447/2018, do deputado Antônio Jorge; 11.459/2018, do deputado Sávio Souza Cruz; 11.552/2018, do deputado Missionário Márcio Santiago; e 11.553/2018, da Comissão de Administração Pública.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 24/2015, do deputado Sargento Rodrigues.

Em turno único: Projeto de Lei nº 5.203/2018, da deputada Marília Campos.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 515/2015, dos deputados Fred Costa e Anselmo José Domingos; 781/2015, do deputado Cabo Júlio; 1.242/2015, do deputado Duarte Bechir; 2.088/2015, do deputado Nozinho; 2.122/2015, do deputado Léo Portela; 3.058/2015, do deputado Fábio Cherem; 3.182/2016, do deputado Noraldino Júnior; 3.283/2016, do deputado Professor Neivaldo; 3.997/2017, do deputado Tadeu Martins Leite; 4.652/2017, do deputado Gilberto Abramo; 4.949/2018, do deputado Carlos Henrique; 5.182/2018, do deputado Ivair Nogueira; 5.190/2018, do deputado João Leite; 5.280/2018, do deputado Paulo Guedes; 5.358/2018, do deputado Ricardo Faria; e 5.415/2018, do deputado Inácio Franco.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.782/2016, do deputado Léo Portela; 5.043/2018, do deputado Paulo Guedes; 5.118/2018, do deputado Ulysses Gomes; 5.224/2018, do deputado Agostinho Patrus Filho; 5.318 e 5.414/2018, do deputado Inácio Franco; e 5.364 e 5.366/2018, do governador do Estado

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/10/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.519 e 11.524/2018, da Comissão de Participação Popular.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.454/2015, do deputado Lafayette de Andrada; 3.676/2016, da Comissão Extraordinária das Barragens.

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 563/2015, da deputada Rosângela Reis; 3.968/2016, do deputado Rogério Correia; 4.821/2017, do deputado João Magalhães; 4.856/2017, do deputado Adalclever Lopes; e 4.978/2018, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.369, 11.371 e 11.373/2018, da Comissão de Segurança Pública; 11.449/2018, do deputado Roberto Andrade; e 11.506/2018, do deputado Duarte Bechir.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.516/2015, do deputado Carlos Pimenta; 4.067/2017, do deputado Tito Torres; 4.164/2017 e 4.992/2018, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.611/2017, do deputado Gustavo Valadares; 4.787/2017, do deputado Anselmo José Domingos; 4.840/2017, do deputado Braulio Braz; 4.891/2017, do deputado Cristiano Silveira; 4.955/2018, do deputado Arnaldo Silva; 5.102, 5.166 e 5.283/2018, do deputado Ivair Nogueira; 5.122/2018, do deputado Hely Tarquínio; 5.124/2018, do deputado Gustavo Corrêa; 5.158/2018, do deputado Fábio Avelar Oliveira; 5.206/2018, do deputado Lafayette de Andrada; 5.212/2018, do deputado André Quintão; 5.231/2018, do deputado Neilando Pimenta; 5.246/2018, do deputado Luiz

Humberto Carneiro; 5.262 e 5.263/2018, do deputado Paulo Guedes; 5.268/2018, do deputado Iran Barbosa; 5.287/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 5.308/2018, do deputado Vanderlei Miranda.

Requerimento nº 11.489/2018, do deputado Missionário Marcio Santiago.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 11.249/2018, da Comissão de Saúde.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/10/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 11.310/2018, do deputado Gil Pereira; 11.329, 11.377, 11.419 e 11.446/2018, do deputado Léo Portela; 11.450/2018, da deputada Ione Pinheiro; 11.458, 11.478 e 11.490/2018, do deputado Léo Portela; 11.533/2018, da deputada Ione Pinheiro; e 11.557/2018, do deputado João Vítor Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 4.923/2018

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Arnaldo Silva, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Frutalense, com sede no Município de Frutal.

A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública a Associação Desportiva Frutalense, com sede no Município de Frutal, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a promoção do acesso à prática esportiva.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, proporcionar a difusão de atividades sociais, cívico-culturais e desportivas, principalmente o futebol, visando à construção da cidadania e à conscientização da juventude. Julgamos pertinentes e relevantes as atividades desenvolvidas pela entidade e parece-nos que devem ser estimuladas.

Tendo em vista o trabalho realizado pela entidade em prol da democratização do acesso à prática esportiva no município, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.923/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 18 de junho de 2018.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.300/2018

Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Relatório

De autoria do deputado Lafayette de Andrada, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública o CGP Atlético Clube, com sede no Município de Lavras.

O projeto foi distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Esporte, Lazer e Juventude. A Comissão de Constituição e Justiça examinou a matéria preliminarmente e concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma original.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise pretende declarar de utilidade pública o CGP Atlético Clube, com sede no Município de Lavras, entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo a prática e a difusão do esporte.

Conforme parecer da Comissão de Constituição e Justiça, o exame da documentação que instrui o processo constatou atendimento integral às exigências mencionadas no art. 1º da Lei nº 12.972, de 1998, que contém os requisitos para que as associações e fundações constituídas no Estado sejam declaradas de utilidade pública.

Quanto ao mérito, de acordo com o referido estatuto, a entidade busca, entre outros objetivos, proporcionar a seus associados entretenimento esportivo, cívico e cultural, difundindo a prática de esporte, participando de competições desportivas e promovendo eventos de natureza artística e cultural, além de realizar o entretenimento artístico-cultural mediante a execução de programas, projetos e eventos abertos ao público.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido pelo CGP Atlético Clube, consideramos meritória a iniciativa de lhe outorgar o título de utilidade pública.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.300/2018, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 30 de agosto de 2018.

Mário Henrique Caixa, relator.

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.843/2017

Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas

Relatório

De autoria do deputado Ulysses Gomes, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que específica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Piau.

A matéria foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Transporte, Comunicação e Obras Públicas e de Administração Pública.

Em sua análise preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da proposição na forma apresentada.

Vem agora a matéria a este órgão colegiado para dele receber parecer quanto ao mérito, nos termos do art. 188, combinado com o art. 102, inciso XII, do Regimento Interno.

Fundamentação

O Projeto de Lei nº 4.843/2017 dispõe sobre a desafetação do trecho da Rodovia MG-133 compreendido entre o km 34,4 e o km 34,7, com extensão de 300 m (trezentos metros); e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Piau, para integrar seu perímetro urbano, com a finalidade de implantação de via urbana. Também determina, no art. 3º, que o trecho reverterá ao patrimônio do Estado se, findo o prazo de cinco anos contados publicação da lei autorizativa, não lhe tiver sido dada a destinação assinalada.

A Comissão de Constituição e Justiça observou que estradas e rodovias são bens de uso comum do povo e que a transferência do citado trecho ao patrimônio do município não implica alteração em sua natureza jurídica, uma vez que ele continuará a serviço da comunidade, como meio de passagem pública. Com relação à transferência da titularidade de bens públicos, lembrou que

são exigidas avaliação prévia, autorização legislativa e licitação para a alienação de imóveis, conforme o art. 18 da Constituição do Estado, que excepciona a exigência de processo licitatório quando se tratar de doação e permuta, na forma da lei.

Encaminhada a proposição a esta Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas, solicitou-se ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DEER/MG –, por meio do Ofício nº 109/2018/SGM, manifestação sobre o projeto. Em resposta, segundo o Ofício nº DG-3899/2017, o órgão mostrou-se favorável à proposição, pelo fato de o segmento em questão possuir características urbanas.

Por sua vez, a Prefeitura Municipal de Piau, de acordo com o Ofício nº 139/2018, informou que o projeto de lei em questão é de interesse da administração pública local, a qual poderá, com sua aprovação, investir recursos próprios no trecho objeto da municipalização.

Por fim, lembramos que a proposição em análise é autorizativa e lega à discricionariedade do Poder Executivo fazer tal doação. Se efetivada, o trecho passará para a jurisdição do município, será inserido em seu perímetro urbano e caberá a ele a responsabilidade por sua conservação e manutenção. Ademais, como bem ressaltou a Comissão de Constituição e Justiça, a doação do trecho da rodovia não implica alteração na natureza jurídica do bem público, que voltará a ser afetado com a utilização do percurso como via urbana. A modificação incidirá apenas sobre a titularidade do bem, que passará a integrar o domínio público municipal.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.843/2017, no 1º turno, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de outubro de 2018.

Celinho do Sinttrocel, presidente e relator – Roberto Andrade – João Leite.



PRONUNCIAMENTOS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 67ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 16/10/2018

A deputada Marília Campos* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia. Ocupo esta tribuna porque é a oportunidade que tenho, na retomada dos trabalhos, para relatar um pouco do que significou essa campanha eleitoral para mim, que já sou deputada, discutindo, conversando com muita gente sobre o que aprendemos nesse processo eleitoral.

Deputado Arlen Santiago, fui reeleita deputada estadual, votada em 643 municípios, e muitos deles obviamente eu não visitei. É sempre aquela história, conhecemos alguém em Contagem, em Montes Claros, em Belo Horizonte e pedimos o voto. Pedimos o voto da família, dos amigos, e foi assim que eu cheguei a muitos municípios da nossa Minas Gerais, mas eu tenho uma grande concentração de votos na região Central de Minas Gerais e na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Eu sou a segunda deputada mais votada da região Central e da Região Metropolitana de Belo Horizonte, com 58.229 votos, e sou a terceira deputada mais votada da região Central. Essa é uma questão importante, porque define o perfil de atuação, pelo menos para o próximo mandato.

O fato é que eu consolidei minha representatividade na região em que atuo, ao lado da capital, Belo Horizonte. Consolidei a minha representatividade, fruto de um trabalho e de um esforço muito grande como parlamentar, para sair das fronteiras da minha querida cidade, que é Contagem. Mas atuei bastante no colar da Região Metropolitana, defendendo o saneamento básico, os direitos das mulheres, as melhorias da saúde e da educação em todas essas cidades. Também não posso deixar de citar a expressiva votação que eu tive no interior, na região entre os vales, particularmente na querida cidade de Santa Maria do Suaçuí e nas cidades que a cercam.

Na verdade, digo – e converso muito com minhas amigas e com meus amigos, em particular com a Maria – que soubemos conquistar o coração daquela cidade. E soubemos conquistar porque avançamos no atendimento à saúde e nas demandas das várias cidades em que intervimos. Tive o reconhecimento da população e, mais do que isso, tive o engajamento da militância, de pessoas que se comprometeram não só a votar, mas a me apresentar a outras pessoas que elas conheciam em suas cidades. Foi daí que me consolidei, agora reelegendo-me deputada, com a expressiva votação de 72.293 votos. Então, sou uma liderança grande e importante da minha cidade de Contagem, onde fui prefeita por dois mandatos. Neste mandato de deputada estadual, ampliamos o trabalho e conseguimos mais de 30 mil votos fora da minha cidade. Isso é fruto de trabalho parlamentar, e, portanto, tive reconhecimento.

É nessa oportunidade que me dirijo a todas vocês e a todos vocês que votaram em mim e que me apoiaram para dizer obrigada. Mais do que agradecer, quero dizer também que vou continuar a nossa luta, que vocês conhecem, porque já fui porta-voz daqueles que me procuraram para defender os interesses da coletividade e os interesse das cidades, como o saneamento, o transporte, a luz e a melhoria da saúde e da educação. Sempre me envolvi, sempre representei e sempre fui voz das cidades aqui, na Assembleia Legislativa, intermediando essa relação com o Poder Executivo estadual e, às vezes, também na esfera federal. Serei porta-voz, como já fui, para defender os direitos da população, que, cada vez mais, se encontram ameaçados. Num passado não muito distante – no ano passado –, aprovaram a reforma trabalhista, que violou direitos dos trabalhadores, e aprovaram a Emenda Constitucional nº 95, que congelou o gasto público da educação, da saúde, da assistência social e do investimento público por 20 anos. Então, quero aqui reafirmar o nosso compromisso para defender os direitos da população, que estão assegurados na Constituição, mas que, infelizmente, muitas de nossas deputadas e dos nossos deputados e muitas das nossas senadoras e dos nossos senadores violaram. Nós aqui, enquanto parlamentares, no Estado, não votamos essas questões, mas temos a obrigação de informar e de fazer mobilização para sensibilizar os deputados que estão em Brasília, a fim de revogarem essas medidas que tanto trazem sofrimento para o nosso povo. Já fui voz e continuarei sendo voz das mulheres para defender os seus direitos, para defender as mulheres contra a violência que as atinge, para defender que políticas públicas sejam implementadas – e, para isso, temos que defender orçamento para implementar políticas públicas que amparem as mulheres.

Portanto, estarei sempre do lado daqueles que me procuram, mas sem deixar também de dizer que estivemos, até com projetos de lei sendo aprovados, na luta para criar mais oportunidades para os mais desfavorecidos. Conseguimos aprovar nesta Casa, por exemplo, o projeto de cotas raciais na Fundação João Pinheiro. Espero que, numa próxima legislatura, consigamos aprovar cotas raciais nos concursos públicos para todos os segmentos do Estado, da administração direta e indireta – sou até autora desse projeto. Serei também voz da população LGBT, que exige direito ao respeito, que exige direitos a sua existência. Então, fui voz – e tenho vários projetos de lei que asseguram esses direitos – e continuarei sendo voz incansável desses segmentos contra a intolerância e contra a discriminação. Serei também uma parlamentar incansável na defesa da boa política.

Nós, principalmente nessas eleições, tivemos muitas dificuldades, porque a população está muito desacreditada na política e nos políticos. E, para resgatarmos a boa política, para fortalecermos a boa representação política, é preciso disseminarmos esperança, é preciso fazermos a defesa das causas coletivas. Mais do que isso: é preciso materializarmos lutas e ações que signifiquem acabar com os privilégios que ainda existem na política, os privilégios relativos aos políticos.

Aqui, nesta Casa, tivemos uma experiência nesta legislatura que foi pouco divulgada, mas que foi muito importante. Nós aprovamos, nesta legislatura, o fim da aposentadoria especial dos parlamentares mineiros. Aliás, proposta que apresentei no início desta legislatura, em 2015, na qual a Mesa da Assembleia e a maioria dos deputados e deputadas votaram: os deputados e deputadas que ingressarem a partir de 2018 terão as mesmas regras, os mesmos benefícios, o mesmo teto daqueles que se aposentam pelo INSS. Então, as regras para um parlamentar mineiro são as mesmas regras para um trabalhador da iniciativa privada. Esta foi uma iniciativa importante: acabamos com o privilégio da aposentaria especial nesta Casa.

A partir dessa experiência, continuo nesta luta contra os privilégios, não para desgastar a política, não para desgastar os políticos, mas, pelo contrário, para recuperarmos a boa política, para recuperarmos e fortalecermos aqueles políticos que lutam em defesa dos direitos do povo e também contra os privilégios.

Quero aproveitar esta oportunidade para denunciar que, embora tenhamos acabado com o privilégio da aposentadoria especial dos parlamentares, nós ainda temos muitos privilégios. Não só o Poder Legislativo, mas o Poder Executivo, o Ministério Público, o Poder Judiciário têm privilégios. Porém, para podermos criticar os privilégios dos outros Poderes, temos de extinguir os nossos. É por essa razão que entrei com um requerimento e um projeto de lei para que, ainda nesta legislatura, façamos a extinção do auxílio-moradia que existe para os deputados e deputadas em Minas Gerais. Entrei também com um projeto para acabar com a ajuda de custo chamada auxílio-paletó. Não é que eu não use paletó, mas porque é uma verba que tem caráter indenizatório, uma ajuda de custo que, na verdade, custa alguns milhares para os cofres públicos. Os parlamentares recebem um salário de R\$23.000,00 no final da legislatura e mais R\$23.000,00 no início da nova legislatura. Estou propondo a extinção desses dois privilégios e também do auxílio-moradia.

É claro que não basta uma iniciativa desta parlamentar. Estou colocando o debate nesta tarde para ser apreciado pelos parlamentares desta legislatura, para ser apreciado pela Mesa da nossa Assembleia Legislativa, na expectativa de que o Parlamento mineiro dê mais uma contribuição para que façamos da política em Minas Gerais uma boa política. Trata-se de uma contribuição para fortalecermos o Parlamento, que se encontra separado do povo, justamente por essa condição de vida completamente diferente. Então, proponho que os parlamentares apreciem esses projetos, que, tenho certeza, darão uma enorme contribuição para que tenhamos uma vida mais comprometida com a ética na política e com a austeridade e para que nos aproximemos da população.

Termino dizendo que continuarei todas essas lutas. Estou hoje agradecendo os votos, mas ciente de que as tarefas desta legislatura ainda não terminaram. Nós ainda temos muitas conquistas para celebrar, como a instalação da comissão permanente de mulheres da Assembleia Legislativa, por exemplo, que é um espaço de luta, de mobilização, de disputa da agenda das mulheres mineiras na implementação de políticas públicas, bem como das lutas dessa conjuntura, pois tenho certeza de que vamos dar grandes passos para vencer a intolerância, o ódio e construir um Brasil e uma Minas Gerais mais solidária e com mais justiça social. Muito obrigada. Contem comigo para lutar ao lado da população para que tenhamos um estado mais igualitário.

* – Sem revisão da oradora.

O deputado Antonio Carlos Arantes* – Sr. Presidente, deputado Dalmo Ribeiro Silva, deputado Arlen Santiago, nobres colegas, telespectadores da TV Assembleia, venho aqui, mais uma vez, dirigir-me a vocês, aliás, primeiramente a Deus, agradecendo a Ele, pois sou uma pessoa que tem muita fé. E, se Deus está na frente, os obstáculos tornam-se menores. Agradeço a Deus pela saúde, pela disposição, pelos resultados, pelo trabalho e pela vitória; agradeço também a Deus a compreensão de nossos eleitores. Sessenta e nove mil e quinhentos e poucos eleitores, praticamente setenta mil eleitores deram seu voto de confiança a este deputado, para cumprir integralmente mais um mandato. Já estou indo para o quarto mandato efetivo, já que um, o primeiro, foi de apenas 40 dias como suplente. Agradeço a cada um e assumo o compromisso de continuar defendendo o nosso cidadão, defendendo nossa Minas Gerais e defendendo uma Minas que volte a ser dos mineiros, porque infelizmente, nesses últimos quatro anos, houve um desgoverno total.

Nesses quatro anos do governo Pimentel, esta Casa passou por muitas dificuldades, diante de uma maioria absoluta que defendeu e protegeu este governo Pimentel, que é de uma incapacidade extrema, é um governo em que a meritocracia foi para o lixo, é um governo que valorizou companheiros do PT, do PCdoB, do PC não sei das quantas e que não tinha compromisso com a seriedade e com o cidadão mineiro. O resultado é muito claro. Hoje podemos falar de um déficit que beira os R\$30.000.000,00. Podemos falar hoje de trezentos e tantos mil funcionários públicos que estão com seus salários atrasados, parcelados. Esses funcionários estão à beira do abismo, buscam financiamento em bancos, buscam empréstimos, e depois o Estado não repassa o valor

devido ao banco, e o nome deles vai para a Serasa, fica sujo na praça. Este é o governo Pimentel, um governo que fecha farmácias. Além disso, centenas de hospitais praticamente foram à falência e nenhuma obra apareceu no Estado. Há obras que estavam bastante adiantadas e poderiam ter sido acabadas mas não o foram, a exemplo da estrada de Pimenta a Guapé, cujos 80% já estavam prontos. É uma estrada importantíssima.

A grande vitória dessa eleição foi que o povo deu o recado na hora e tirou o governo Pimentel, que ficou sem chance. Foi uma pancada na testa. Sua votação foi pífia. O recado dos mineiros foi muito importante também em relação à sonhada eleição para senadora da candidata Dilma Rousseff. O povo mineiro mostrou que o tal golpe, que tanto se propagou nesta Casa, foi dado nas urnas. Ela ficou na 4ª colocação, com uma votação pífia, humilhante e, na verdade, à altura do que ela merecia. Estamos livres, graças a Deus, de Dilma Rousseff. Há lá dois senadores à altura do povo mineiro. Lamentamos a ausência de Dinis Pinheiro, que é uma pessoa preparada para ser senador, mas havia só duas vagas. Uma delas foi preenchida por Carlos Viana, um jornalista experiente, que demonstra estar preparado para ser um bom senador para Minas Gerais. E ficamos felizes porque elegemos Rodrigo Pacheco, um homem preparadíssimo para ser um grande senador. Ele é culto, bem informado, bem entrosado e já conhece bem os meandros da política no Brasil, em Brasília, e se destacou.

Destacou-se, não com notícias negativas, mas, sim, positivas, através dos seus atos, das suas ações e realizações e pela capacidade de aglutinar e encontrar as pessoas, chamando-as para dentro, para uma proposta maior, que é desenvolver Minas Gerais. Rodrigo Pacheco leva para Brasília a nossa esperança de termos, realmente, um grande senador defendendo nossa Minas Gerais.

Temos também a grande oportunidade de Minas voltar a ter governo, governo capacitado e sério. Diante do tamanho do problema que o PT causou para Minas Gerais, no nosso entendimento, só uma pessoa da estirpe, da capacidade, da preparação e do conhecimento de Antonio Anastasia, para o Estado realmente sair do buraco. Ele conhece detalhadamente o orçamento, os vazamentos e onde o desperdício acontece no Estado e sabe onde cortar, avançar e crescer. Se Deus quiser, será o nosso governador. É o homem para, em tão curto prazo, buscar a credibilidade, a confiança do mercado nacional e internacional e os investimentos em Minas Gerais. Além disso, se Deus quiser, teremos, na presidência, Jair Bolsonaro. Bolsonaro mostra pulso.

Minas Gerais perdeu a disciplina. Na casa onde não há disciplina, todo mundo manda, ninguém vai para a frente, a bagunça se generaliza e todos perdem. É o que aconteceu com o Brasil. Não há mais disciplina neste país. Não há mais disciplina nas escolas, onde o estudante manda mais do que a professora. Hoje a professora tem dificuldade de dirigir-se até o aluno para chamar a sua atenção. É só mostrar os números atualmente do Brasil e principalmente de Minas Gerais, para vermos como regredimos. Como regredimos na nossa educação! Um governo que não repassa dinheiro aos municípios, que humilha e rouba o dinheiro dos municípios. Agora, não! Se Deus quiser, com Anastasia no governo, os municípios passarão a ser respeitados e ser parceiros do progresso e do desenvolvimento.

Com Bolsonaro no governo federal, volta a disciplina. Como já disse, onde não há disciplina tudo se perde e todos se perdem. Essa é a realidade. Agora não é só disciplina, pois sabemos que ele é um homem cristão. Onde há espírito cristão os recursos chegam até a ponta, principalmente às pessoas mais pobres. Vemos o seu propósito de ter uma equipe competente e profissional. A sua candidatura não teve aquelas amarras partidárias em que o Executivo se torna refém de partidos e da Câmara Federal. Temos certeza de que, pelo seu perfil e seu jeito de se expressar e de mostrar o rumo que quer dar ao Brasil, ele entrará livre, no rumo certo e com facilidade de pôr o País no eixo.

O que precisamos é acabar com esse modelo, um modelo falido onde essa máquina é cada dia mais pesada e ineficiente, mas muito bem alimentada pelos impostos, ou melhor, pelos altos impostos. Essa carga tributária é praticamente a maior do mundo. Essa máquina recolhe os impostos, mas não leva ao cidadão o produto que tem de entregar, que é a saúde, a educação e a segurança com qualidade, assim como empregos para esses 13 milhões de desempregados, ou seja, que perderam seus empregos em razão do desgoverno de Dilma Rousseff e do PT, de maneira geral. Até vemos aí o presidente Temer desgastadíssimo. Se analisarmos, se não

fosse ele, o Brasil teria se tornado uma Venezuela. Por quê? Porque o modelo que se administrava neste país e que eles trilhavam apoiava, e inclusive apoia, o governo da Venezuela. O governo de Maduro é um modelo onde uma minoria esbanja e tem tudo, mas quase 90% da população passam fome. Em um ano, perdeu-se mais de 11kg por pessoa na Venezuela. Por quê? Porque passam fome. Um país que já foi rico e teve tudo para ser de primeiro mundo.

Essa é a situação da Venezuela. O Brasil caminhava nesse rumo, mas a equipe atual do governo Temer conseguiu segurar. Inclusive, só nesse trimestre, foram assinadas 450 mil carteiras. Ou seja, 450 mil pessoas foram inseridas no mercado de trabalho. Não achamos que é uma gestão brilhante, mas é mil vezes melhor do que estava. Se não fosse o governo de Temer, volto a repetir, hoje estaríamos na lama, no buraco, como está o povo da Venezuela. Entretanto, sonhamos, sonhamos com um governo que pense grande, que acredite nos brasileiros e que entenda que o único setor, o único pilar que não quebrou, não trincou, não foi ruído, nesses últimos anos, foi o setor do agronegócio. É o agronegócio que mantém este país de pé.

A metodologia usada pelo IBGE diz que apenas 30% do PIB é do agronegócio, mas isso não é verdade. Na metodologia que eles usam, a maior parte do PIB vem dos serviços e da indústria. Sem a agropecuária, o agronegócio, como a indústria de tratores, de caminhões e de fertilizantes iria sobreviver? Para quem os supermercados, onde há alimentos para o nosso povo, iriam vender se o dinheiro não viesse do campo? Então, se morrer o campo no Brasil, se morrer o agronegócio no Brasil, não tenham dúvida de que 70%, 80% da nossa economia estará morta. Vai sobrar um pouco da mineração e algumas outras coisas. Na verdade, o agronegócio é que está salvando este país. Inclusive já existe projeção de uma supersafra, como houve no ano passado, e mais de R\$500.000.000.000,00 circularam no Brasil, no comércio e nos serviços, enfim, na economia do País, vindos do campo. Quem chegar à presidência, quem chegar ao governo deste estado e tiver um ministro dinâmico, atuante, que cuide do produtor, podem ter certeza de que ninguém segura este país.

É lamentável, é triste o que vi quando estive na Ceasa, o produtor vendendo saco de batata de 50kg, 60kg por apenas R\$30,00. Isso não paga a metade do seu custo de produção, essa é a realidade. O agronegócio no Brasil tem ido bem, mas nem sempre o produtor está bem. O produtor está pagando a conta. Existem produtores de leite que venderam leite, durante muitos e muitos meses, a R\$0,70, R\$0,80, R\$0,90 o litro, enquanto gastava R\$1,30. Hoje, está vendendo até a bem mais que isso, mas o custo da produção subiu, porque subiram a ração e os medicamentos.

Então, minha gente, precisamos de um governo sério, que respeite o produtor, que garanta renda para o produtor e também supersafra e produção para o povo brasileiro e para o mundo, porque hoje somos também um grande exportador de milho, soja e café. Se houver um presidente que pense grande, que pense no café, que gera quase dez milhões de empregos, diretos e indiretos, no campo e na cidade, podem ter certeza de que o nosso café voltará a gerar muito mais riqueza. Hoje, vendendo café a R\$400,00, R\$420,00, fica difícil a sobrevivência dos produtores, principalmente os das montanhas.

Quero agradecer, mais uma vez, às pessoas que confiaram o seu voto neste deputado, que bravamente continuará lutando em defesa do produtor, em defesa do cidadão, como fizemos aqui quando o governo Pimentel apresentou projeto que fez e faz mal ao povo mineiro, com um aumento assustador dos impostos; votei contra esse projeto e a favor do povo mineiro.

O governo Pimentel também apresentou projeto para facilitar a invasão de propriedades, para banalizar o direito de propriedade, mas conseguimos peitar e segurar esse projeto. Vamos continuar lutando pelo direito de propriedade, lutando para conseguirmos desocupar as fazendas invadidas, lutando pela defesa do nosso comércio, que paga hoje impostos absurdos, inclusive bitributação.

Você compra um produto, uma matéria-prima no Estado de São Paulo, e na hora que vai beneficiá-la ou vendê-la no comércio aqui em Minas tem que pagar ICMS novamente, aumentando a carga tributária em mais de 7%, o que faz com que muitas empresas acabem fechando as portas. Vamos lutar. Vamos defender esse setor tão importante para o povo mineiro, defendendo

também a saúde, a segurança, a educação, enfim, defendendo o nosso povo mineiro, através de ação com gente séria e que faz o bem. E estamos aqui para isso.

Muito obrigado e que Deus proteja a nossa Minas Gerais e o nosso Brasil, para que elejam gente com espírito cristão, gente séria, que pense no povo e para que o recurso do povo chegue principalmente às pessoas mais pobres. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva* – Muito obrigado, caríssimo deputado Antônio Carlos Arantes, caríssimos deputados e deputadas e público que nos acompanha pela TV Assembleia.

Nesta tarde, ocupo esta tribuna com muita alegria e com o dever cumprido. Lembro-me, ao longo da história, da minha vida parlamentar, quando aqui, exatamente há 20 anos, em fevereiro de 1999, iniciava a nossa atividade parlamentar, representando o nosso Sul de Minas. Hoje, neste momento, nesta hora, quando completo 20 anos de vida pública, quero usar esta tribuna, nesta tarde, para agradecer penhoradamente a todos os meus amigos e amigas que puderam mais uma vez, pela sexta vez, reeleger-me para este Parlamento. Quero agradecer os quase 70.000 votos obtidos nessa campanha tão complexa, atípica. Com certeza, todos puderam entender o nosso interesse, o nosso compromisso com a representatividade neste Parlamento, o ela significa.

Quero iniciar agradecendo, e muito, à minha querida família. Faço muita questão de agradecer à minha querida Dalvinha, ao Lucas e ao Felipe, a quem faço um agradecimento especial, pois foi o nosso coordenador de campanha. Quero agradecer a todos os nossos assessores de gabinete. Quero agradecer a todos os nossos colaboradores, destacados em vários municípios do nosso Sul de Minas, que puderam também nos acompanhar por onde andei, por onde passei nessa caminhada tão rápida, de 45 dias. Foi para mim uma honra imensa, uma alegria muito forte reencontrar os municípios e amigos, conhecer novas ideias, ouvir novas propostas, participar de debates e de discussões importantes, que, para mim, foram um grande aprendizado. É no diálogo e no debate que a gente sempre vai se aprimorando, vai se conhecendo. E durante essa caminhada que encerramos no dia 7, com o pleito, aprendi muito. Quero agradecer muito a todos os municípios que percorri.

Peço licença a centenas de pessoas para saudar o meu querido Município de Ouro Fino, minha terra natal, nas pessoas do prefeito Maurício, do Toninho, dos vereadores e de todos aqueles que também puderam sediar o nosso escritório parlamentar nessa caminhada. É muito importante, sim, a participação democrática, a vivência do dia a dia, a presença nos municípios. Quero, mais uma vez, ao agradecer, reafirmar o meu compromisso forte para o novo mandato, como sempre fiz, pela transparência, pela ética, pelo zelo e acima de tudo com a presença neste Parlamento.

Tenho a honra de dizer que sou autor de mais de 310 leis importantes para Minas e de várias propostas de emenda à Constituição do nosso estado. Durante a nossa caminhada de duas décadas, participei de inúmeras comissões temáticas. Fui o primeiro presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, quando a instalamos aqui. Também presidi por longos anos a Comissão de Constituição e Justiça e participei das Comissões de Educação, de Desenvolvimento e de Turismo. Em todas as comissões, pude dar minha modesta colaboração. Ultimamente, muito honrado por estar aqui como 2º-vice-presidente da Mesa da Assembleia, ao lado do presidente Adalclever Lopes, também pude oferecer a nossa participação, a nossa presença e o nosso convívio com os demais parlamentares.

Durante nossa caminhada participei ativamente de muitas proposições, mas sempre defendi o municipalismo, uma grande bandeira que abraçamos para defender os nossos municípios, que hoje passam pelas maiores dificuldades em função deste governo descompromissado, que não lhes repassa o Fundeb, o IPVA nem as verbas da saúde e do transporte escolar, direitos líquidos e certos dos municípios. Foi neste mesmo Plenário que tive o prazer de recepcionar os prefeitos de Minas Gerais quando aqui estiveram, em uma grande caravana, em busca de um posicionamento da Assembleia. Na ocasião, eu e outros deputados recebemos todos eles e apresentamos a nossa solidariedade aos nossos municípios. Nessa caminhada, nosso pensamento sempre foi destinado aos municípios,

como nosso maior compromisso, para que eles pudessem cumprir suas responsabilidades, porque é no município que acontecem todas as coisas que ocorrem no ente federado.

Mas nessa caminhada quero destacar a enorme satisfação de ter construído uma boa relação com todos os parlamentares, os quais quero saudar. Deixo aos que foram eleitos e mesmo aos que não foram eleitos a minha solidariedade, assim como aos que foram eleitos para a Câmara dos Deputados. Quero homenagear a todos, ressaltando a convivência fraterna que sempre tive com os outros 76 deputados. Acima de tudo, quando iniciarmos um novo tempo, um novo mandato, quero estar tão presente quanto estive nesta caminhada. Porém, o momento é de agradecer a Deus, à minha família, ao Parlamento, aos amigos da Assembleia e aos nossos assessores e assessoras, que nos acompanharam nessa caminhada que, com certeza, só foi vitoriosa graças à participação de todos.

Mas, aproveitando o fato de que nos aproximamos do segundo turno das eleições, quero dizer da importância do senador Anastasia. Com minha família, tive o prazer de receber o senador na minha casa, no dia 16 de março, quando manifestou o desejo de, a pedido de todos os mineiros e mineiras, concorrer ao governo, para que pudesse voltar a Minas e reconstruir o nosso Estado. De lá para cá, estamos nessa caminhada ao seu lado, dia e noite, demonstrando a todos os mineiros a sua capacidade extraordinária, em função de sua história, de seu conhecimento e de sua preparação, que fazem dele um homem de gestão pública inigualável, o único que poderá reconstruir Minas Gerais.

Tenho certeza de que ele estará, a partir do ano que vem, reconstruindo, com a Assembleia Legislativa, projetos maiores para os nossos municípios em defesa de nossos servidores públicos tão esquecidos pelo governo, da nossa segurança pública, da nossa agricultura, de todos os setores, particularmente do setor da saúde, que vive um caos.

Precisamos de pessoas como o senador Anastasia para reconduzir, reconstruir esse novo tempo. Quero fazer um apelo a todos os nossos prefeitos e prefeitas e lideranças do Sul de Minas: caminhem conosco, caminhem com o Anastasia, que é o único candidato habilitado para assumir o governo de Minas. O Sul de Minas tem por ele profunda gratidão, porque foi o governador literalmente envolvido na industrialização. Eu participei ativamente com ele desse processo. Ele é amigo dos empresários, tem uma participação ativa na educação, na saúde, no desenvolvimento socioeconômico.

Então, quero fazer um apelo, neste momento tão importante para Minas, que, dentro de poucos dias, irá escolher o novo mandatário: somente Anastasia terá condição de administrar o nosso Estado. Por essas razões, quero deixar, mais uma vez, o meu expresso agradecimento a todos que puderam nos acompanhar, durante esse pleito, na certeza da construção de uma parceria muito forte, muito séria, muito honrada, com todo o povo de Minas Gerais; aos quase 70 mil mineiros e mineiras que confiaram seu voto, mais uma vez, à minha pessoa. Que Deus nos abençoe e abençoe o povo de Minas, no próximo dia 28, trazendo de volta Anastasia para o governo de Minas. Muito obrigado, e que Deus nos abençoe.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 68ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 17/10/2018

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. presidente, Srs. deputados e Sras. deputadas. Deputado João Leite, estamos acompanhando o cenário da disputa eleitoral do segundo turno. Alguns dos nossos até pedem para que evitemos tocar em determinados assuntos. Mas não dá, deputado João Leite, para deixar de ocupar a tribuna desta Casa para falar de assunto tão repugnante, tão nojento quanto os fatos que vieram a público desde ontem. Infelizmente, deputado João Leite, tivemos um jornal em Minas Gerais que, antes mesmo de a imprensa trazer a gravidade das acusações que pesam contra o Sr. Romeu Zema, já fez a defesa antecipada desse cidadão.

Deputado João Leite, V. Exa. vai encontrar uma série de políticos hoje que são investigados e acusados, e a imprensa está sempre pautando esse assunto. O próprio presidente Temer é um exemplo. Ontem mesmo ele foi indiciado pela Polícia Federal, e o

tema está posto. Os jornalistas e a imprensa brasileira toda vêm divulgando. E ontem tomamos conhecimento de que o Sr. Romeu Zema veio a público e divulgou uma nota, dizendo que pessoas inescrupulosas queriam atacar a sua imagem, a sua conduta, e que ele foi apenas testemunha de um fato. Olhe, deputado João Leite!

Sr. Romeu Zema, o senhor não foi testemunha de um fato ou de uma disputa de uma guarda judicial de uma criança. O senhor foi acusado de pedofilia. É disso que o senhor foi acusado. E o senhor foi acusado em uma ocorrência policial e em um inquérito policial. Portanto, deputado Dalmo, não será muito longa a minha fala.

Chegou até o nosso gabinete uma farta documentação que diz que os avós paternos de uma criança de 5 anos receberam-na em Curitiba, e ela narrou uma série de barbáries envolvendo a pessoa do candidato ao governo, Sr. Romeu Zema. Olha, esses fatos precisam ser mais bem apurados. Na Justiça do Paraná, imediatamente ele ganhou a guarda da criança. Mas o inquérito principal, por meio do qual o crime estava sendo apurado na Comarca de Araxá, deixou muito a desejar. Qualquer um de nós, que é operador do direito, vai verificar que o inquérito ficou muito raso, não foram ouvidas as principais partes que nele deveriam constar, não se juntou o DVD da fala da criança que, depois de uma sessão com a psicoterapeuta, fez toda aquela narrativa.

O fato é muito grave, nojento e precisa ser apurado com rigor. Não se trata simplesmente de uma nota do Sr. Romeu Zema dizendo que foi testemunha do fato, o que é uma grande mentira. Ele foi acusado de prática de pedofilia. Portanto, se foi acusado, o inquérito precisa inclusive ser reaberto. Aqui, aliás, deputado Arantes, o próprio senador Aécio Neves já teve um inquérito aberto por quatro vezes pelo Ministério Público. E estou vendo aqui a imprensa mineira se calar. A única emissora de rádio que trouxe a matéria com tranquilidade foi a *Itatiaia*. Mas o jornal *O Tempo*, em vez de fazer um jornalismo investigativo e ouvir todas as partes, já saiu fazendo defesa antecipada.

O crime é grave, bárbaro, nojento e repugnante. As autoridades precisam apurá-lo com absoluto rigor. Não é possível que uma fala de uma criança, dos avós paternos, do próprio pai seja mentirosa; não é possível que uma médica e uma psicoterapeuta tenham mentido durante o inquérito policial. Portanto, vamos, através da Comissão de Segurança Pública, provocar a reabertura desse inquérito na cidade de Araxá. Queremos saber, inclusive, qual é a ligação que o juiz da Vara Criminal de Araxá tem com o Sr. Zema. Ao abrir o *blog* do juiz da Comarca de Araxá, ele faz elogios ao Sr. Romeu Zema, dizendo que o araxaense Romeu Zema brilhou ao chegar ao segundo turno. Olha, é no mínimo suspeito que o juiz que está à frente do caso venha a tratar o acusado da forma como ele o tratou no seu *blog* pessoal.

Portanto, é um caso gravíssimo, uma denúncia nojenta, da qual a própria Comissão de Segurança Pública, no tempo certo, vai buscar as apurações. Mas isso, deputado João Leite, não exime a nossa atividade parlamentar de pedir a reabertura do inquérito policial, para que não haja nenhuma interferência. Todos sabemos do poderio financeiro do candidato Romeu Zema. E a outra parte, a quem chamamos de hipossuficiente, a parte mais fraca, o pai, o genitor é um humilde caminhoneiro. Esses fatos precisam ficar mais bem esclarecidos para Minas Gerais, para a Assembleia, para a Comissão de Direitos Humanos, para a Comissão de Segurança Pública, para o Ministério Público, porque, infelizmente, no nosso país, ainda o poder econômico fala muito alto.

São essas as minhas considerações na data de hoje, Sr. presidente.

O deputado Carlos Pimenta* – Exmo. Sr. deputado, colega e amigo, Dalmo Ribeiro Silva, que nesta tarde preside os trabalhos da Assembleia Legislativa, ilustres deputados aqui presentes, imprensa, senhoras e senhores, em primeiro lugar quero trazer os meus mais sinceros agradecimentos aos eleitores, que me reconduziram a mais um mandato para que possa, nos próximos quatro anos, continuar na luta na Assembleia de Minas e representar o povo do nosso estado. Foi uma eleição difícil, uma eleição complicada, uma eleição cheia de surpresas, mas, com certeza, as pessoas que colocaram seus nomes como representantes – muitos foram eleitos, outros não – podem ter também a convicção de que sairão ou permanecerão nesta Casa de cabeça erguida. Foram anos difíceis por que passamos. Nos quatro últimos anos enfrentamos problemas dos mais graves, dos mais sérios, problemas que repercutem hoje, principalmente, nos municípios mineiros, pois os prefeitos ainda estão sofrendo muito com a falta de condições para

tocarem suas administrações em condições mínimas, em situações normais. Sendo assim, as prefeituras não estão conseguindo levar adiante a administração.

Hoje estive conversando com a prefeita de uma cidade do Norte de Minas, e ela me perguntou o que esta Casa pode fazer ainda, o que é possível fazer para ajudá-los, pelo menos, a fechar este ano sem passar por tantas dificuldades. Não vejo nenhuma perspectiva. Estamos vivendo o caos da saúde pública. Estamos vivendo problemas sérios ligados à geração de emprego, à geração de renda. E a nossa região, a região do Norte de Minas, a região do Jequitinhonha, a região Noroeste e do Mucuri sofrem muito mais do que as outras regiões. Lá não há nenhum fator que possa ajudar nessa geração de emprego e tirar a grande massa da população da situação muito difícil em que se encontra. Muitas prefeituras são os únicos empregadores dos municípios e já não suportam isso mais.

Estava vendo hoje na televisão o levantamento dos municípios que já ultrapassaram o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal, cujas prefeituras terão de demitir, literalmente, terão de demitir funcionários, a partir agora, do mês de novembro, fim do segundo turno das eleições. Se já estamos vivendo dificuldades, estaremos vivendo mais ainda, porque antevejo uma demissão em massa, em todos os municípios mineiros, nas prefeituras para se adequarem à Lei de Responsabilidade Fiscal. Se não fizerem isso, correm o risco de ver os prefeitos se tornarem inelegíveis, se tornarem foras da lei; e irão pagar por isso, e caro, à Justiça, ao Ministério Público.

Quero, neste momento, além de fazer nossos agradecimentos, também dizer, com pesar, que não estamos vendo um final de ano de 2018 muito promissor para o povo mineiro, principalmente para os municípios mineiros. Meu caro Dalmo – acabávamos de discutir isso agora –, essa não é só uma situação específica do Norte de Minas. Isso está acontecendo em todos os municípios do Estado. A saúde pública deixa a desejar em todos os municípios mineiros, do norte ao sul, do leste ao oeste. Gostaria muito que o governador de Minas, Fernando Pimentel, derrotado ainda no primeiro turno, muito mais em consequência da ineficiência deste governo que se encerra no dia 31 de dezembro, pudesse, pelo menos, deixar o Palácio das Mangabeiras, deixar o Palácio da Liberdade com mais honra ou com o mínimo de honra possível, ajudando as prefeituras, saldando as dívidas que o Estado tem com os municípios mineiros e, pelo menos, trazer um pouco mais de alento aos 853 municípios, porque ele deve aos 853 municípios mineiros.

Além de fazer meus agradecimentos, desta tribuna, nesta primeira reunião de que participo após as eleições, gostaria de firmar um pacto para os próximos quatro anos. Entre vários outros assuntos, gostaríamos de salientar quatro pontos referentes a um compromisso que estamos fazendo, de público, desta tribuna. O primeiro é que defenderemos com todas as forças que temos, ou seja, utilizaremos toda a experiência que adquirimos ao longo dos nossos mandatos para, no próximo governo, trabalhar desde o primeiro dia na área da saúde pública.

Nos últimos dois anos, assumi a presidência da Comissão de Saúde da Assembleia de Minas. Confesso que foram dois anos tensos e difíceis, durante os quais enfrentamos todos os dias denúncias e pedidos dos mais diversos, principalmente para socorrermos os pequenos municípios e os hospitais públicos e filantrópicos. Nesses dois anos, não houve sequer uma boa notícia, como: “O governo está pagando o Pro-Hosp” ou “O governo está repondo os medicamentos dos municípios”. Ele deve praticamente todo ano. Na verdade, os dois anos estão terminando, e a população está sem o medicamento básico, sem o medicamento do SUS para ser fornecido nos postos de saúde. Não tivemos notícia alguma dessa natureza. E os próximos dois anos?

Neste Plenário, vejo quatro médicos: Doutor Jean, Arlen Santiago, Glaycon e eu. Nós temos um compromisso mais do que moral, o compromisso sagrado de fazer, nos próximos quatro anos, desde o primeiro momento do nosso próximo mandato – do qual V. Exa. também participará, Glaycon –, desta Casa, dos nossos mandatos uma trincheira para não deixarmos acontecer o que aconteceu nesses quatro anos. Não faltaram denúncias e, em todos os momentos, quase todos nós subimos a esta tribuna. Na Comissão de Saúde ou em qualquer outra comissão, não deixamos de denunciar o descaso que estava e ainda está acontecendo na área da saúde pública.

Portanto, nós temos esse compromisso, Dalmo. Diversas vezes, V. Exa. nos levou ao Sul de Minas para participar de audiências e debates. Independentemente de quem seja o próximo governador, seja o Sr. Romeu Zema, seja o Antonio Anastasia, nós temos a consciência e o dever moral de nos pôr frontalmente contra qualquer tentativa de sucatear ou dificultar ainda mais a saúde pública deste estado. Pelo contrário, nós temos de apresentar e cobrar soluções, porque o povo, ou seja, a população carente, dependente do SUS, está morrendo na porta dos hospitais, sem acesso a qualquer tipo de tratamento. Quando a pessoa vai aos postos de saúde, faltam medicamentos, exames, enfim, falta tudo. Isso tudo em decorrência da inépcia deste governo, ou seja, da falta de critérios e de administração do governo Pimentel. A maior melancolia de toda a história administrativa do Estado ocorrerá no momento em que ele deixar a Cidade Administrativa e o Palácio da Liberdade para viver a sua vida particular, pois deixará um legado ruim e de dificuldades. No entanto, se há algum culpado, grande parte da culpa é do próprio governo; mas, certamente, a outra grande parte é do governo federal. Então, a saúde pública vai ser, tem que ser, o ponto decisivo, a coluna mestra do nosso trabalho como deputado estadual, nos próximos quatro anos.

O segundo ponto que também estaremos defendendo, sempre tocando no assunto, está relacionado ao apoio aos produtores rurais. Estamos vivendo uma situação muito difícil. Os produtores rurais não têm hoje nenhum tipo de parceria com os governos estadual e federal. A gente vê a dificuldade que têm hoje as pessoas que querem plantar, as pessoas que querem ajudar a colocar alimento em nossa mesa. O pior de tudo é que não há segurança para esses produtores rurais. Não há segurança socioeconômica, muito menos segurança pública para o produtor que trabalha no campo.

Na nossa cidade, foi desencadeado um movimento chamado “segurança no campo”. Todos os produtores rurais estão ameaçados de ter as suas terras invadidas, ameaçados por essa política equivocada dos governos federal e estadual. Esses produtores ficaram reféns de bandidos, de bancos e de atitudes não tomadas pelos seus representantes junto ao governo federal. Ninguém hoje tem estímulo de plantar nada, ninguém hoje tem vontade sequer de morar no campo. Não há nenhum estímulo, não há nenhuma ajuda aos produtores rurais nem nenhuma parceria com eles.

Então, queremos de público manifestar meu apoio aos produtores rurais, ao seu trabalho de plantar, colher e colocar o alimento na mesa, e também ao movimento segurança no campo, para que tenham segurança jurídica das suas terras, para que tenham segurança de saber que o que é deles vai continuar em suas mãos, sem ameaças dos grupos que ficam às portas das fazendas, querendo invadi-las, como acontece no Norte de Minas.

O terceiro ponto é em relação à geração de emprego e renda. O povo brasileiro está desempregado. Temos uma legião de brasileiros e brasileiras que precisa de emprego decente.

Quanto a esses dois postulantes à presidência da República, estamos vendo uma guerra de acusações de um lado e de outro. Não tenho visto na televisão qualquer tipo de anúncio para ajudar na geração de emprego e renda. O nosso estado, principalmente Norte de Minas, Doutor Jean, é integrante da Área Mineira da Sudene. Sabem o quanto deveria ter sido empregado, no ano passado, em Minas Gerais? No final do ano, por falta de projetos, falta de apoio, R\$4.500.000.000,00 do governo federal, da Sudene e do Bando do Nordeste, foram desviados para os estados nordestinos, principalmente Bahia e Ceará. Precisamos gerar emprego. A segurança do lar, da casa, começa com emprego. Esse é o nosso terceiro ponto.

Para terminar, presidente, o quarto ponto é em relação ao meio ambiente. A nossa região está se transformando num deserto. O Norte de Minas e o Jequitinhonha caminham a passos largos para ser uma região desértica, em poucos anos. Nessa altura do ano, exatamente no meio de outubro, 88% dos nossos rios e córregos secaram. Cada dia avança mais a plantação de eucalipto. Vou ser, repito em alto e bom som, uma pedra no sapato dos plantadores de eucaliptos da nossa região. Não vamos permitir o crime que se comete, plantando eucalipto às margens dos rios, nas veredas e encostas, numa ganância jamais vista desses grandes empresários, que não lutam nem entendem que tudo no nosso meio ambiente depende deles próprios.

Então, são esses quatro pontos. Repito: saúde pública para o nosso estado, apoio ao produtor rural, geração de emprego e meio ambiente serão os quatro pilares mestres do meu próximo mandato, nos próximos quatro anos. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Doutor Jean Freire* – Sr. Presidente, caros colegas aqui presentes, público presente na Assembleia Legislativa e telespectadores da TV Assembleia, em primeiro lugar, com muito orgulho, subo a esta tribuna após as eleições para agradecer. A palavra que usei antes da eleição, durante a campanha, durante e após o processo eleitoral, com todas as pessoas foi a palavra “gratidão”, gratidão pelo reconhecimento do nosso trabalho de quatro anos. Não foi fácil, para aqueles que pensam que é fácil ser parlamentar. Para parlamentar que honra o seu trabalho, esta cadeira e esta Casa não é fácil, não tem sido fácil. Em momentos tão difíceis, não tem sido fácil, mas obtivemos o reconhecimento de 83.024 pessoas votantes.

Eu quero agradecer a cada um, a cada uma, a cada voto desses 83.024 votos que tive nessa eleição. Sem sombra de dúvida, falo com muita tranquilidade que esta foi uma das campanhas mais baratas daqueles que chegaram a esta Casa. Na eleição passada, temos a honra de ter tido a campanha mais barata do Estado de Minas Gerais, e dessa vez não foi diferente. Adentrando os lares, andando pelas ruas com megafone na mão, dialogando com as pessoas, dormindo pouco à noite e andando de cinco a seis cidades por dia, terminamos esse processo, do ponto de vista do nosso mandato, da nossa eleição, muito felizes. Digo, com muita tranquilidade, que enfrentei uma campanha com muito amor, com muita felicidade e, repito, com muita gratidão.

Fui votado em quase 500 cidades. Ao longo das nossas falas, vou agradecer uma por uma, mas hoje gostaria de citar algumas cidades. Gostaria de agradecer aqui ao povo da nossa querida Almenara pelos 8.852 votos; da minha querida Araçuaí, onde moro, pelos 5.846 votos; Itaobim, também onde moro, 4.156 votos; Teófilo Otôni, quase 13 mil votos; Turmalina, 2.758 votos; Padre Paraíso, 2.379 votos; Itinga, 2.195 votos; Berilo, 2.120; Belo Horizonte, 2.016; Jequitinhonha, 2.011; Carai, 1.733; Joaíma, 1.634; Medina, 1.575; Ponto dos Volantes, 1.442; Coronel Murta, 1.423; Minas Novas, 1.346; Novo Cruzeiro, 1.250; Chapada do Norte, 1.184; Pavão, cidade onde nasci, 1.051; Monte Formoso, 995; Virgem da Lapa, 938; Catuji, 972; Pedra Azul, 849; Francisco Sá, 845; Aimorés, 825; Divisópolis 804; Veredinha, 781; e Josenópolis, 766.

São muitas as cidades, mas faço questão de agradecer uma a uma, o que farei à medida que fizer uso da palavra nesta Casa. Mas agora parei em Josenópolis porque, na eleição passada, tive apenas um voto nessa cidade. Por coincidência, identifiquei o eleitor e fui até lá agradecer o voto que recebi nessa cidade. Em retribuição ao meu agradecimento, agora me tornei majoritário em Josenópolis, com 766 votos. Sou grato a cada um e a cada uma que me conferiu o seu voto.

Quero dizer a cada mineiro, eleitor ou não, a cada criança, a cada idoso, enfim, a cada mineiro, que honrarei, com muita verdade e respeito ao dinheiro público, cada voto que me foi conferido. Continuarei nessa batalha, vindo para cá toda segunda-feira, pois aqui é o nosso local de trabalho. Confesso aos caros colegas que fico triste quando subo nesta tribuna e vejo a Casa vazia. Fico triste, porque este é o nosso local de trabalho; temos de vir para cá todas as semanas porque é aqui que temos de desenvolver o nosso trabalho, no Plenário e nas comissões. Mas retornarei toda quinta-feira ou sexta-feira para o Vale do Jequitinhonha, o Vale do Mucuri, o Norte de Minas, para atender minhas demandas regionais. Sempre disse e continuarei dizendo que nosso mandato é assim: um pé no Parlamento e um pé na estrada, indo aonde estão as pessoas.

Aproveito para cumprimentar os vereadores da cidade de Itaobim, que vejo aqui. É um prazer imenso tê-los nesta Casa. O Roberto foi meu colega de vereança em Itaobim e sabe que sempre que eu usava a tribuna era para isto: honrar o salário. E tenho hoje a mesma fala que tinha na câmara dos vereadores: devemos exercer a nossa função honrando o dinheiro público, com muita ética e correção. É isso o que o povo espera de nós. O povo não espera que venhamos a esta tribuna atacar um lado ou outro, como tenho visto muito nesta Casa. O povo espera que apresentemos propostas, ações, trabalho. É assim que devemos ser. Muito obrigado a cada um e a cada uma que nos conferiu essa votação no Estado de Minas Gerais.

Mas, presidente, nos próximos quatro anos, continuaremos a luta por essa região, que ainda é a que menos se desenvolve no Estado de Minas Gerais. Continuaremos nossa luta firme em defesa do Vale do Jequitinhonha, do Vale do Mucuri, do Norte de Minas, do Rio Doce, das regiões que mais precisam. Lutar por quem mais precisa é lutar por Minas Gerais. Quando luto pelo mais pobre, estou lutando por todo o Estado. Quando luto pelo Vale do Jequitinhonha, com certeza estou lutando pelo Triângulo Mineiro; quando luto pelo Mucuri, com certeza estou lutando pelo Sul de Minas. Somos um Estado só. E não devemos tratar as pessoas de maneira igual; devemos tratar de maneira diferente os diferentes, dando mais a quem tem menos. É isso o que temos que fazer, e o Vale do Jequitinhonha tem que cobrar isso cada dia mais.

Também lutaremos pela água. Cresci num ambiente em que a gente aprende a conviver com a seca. Então, lutaremos pela água em todo o Vale do Jequitinhonha, Norte de Minas e Mucuri. É triste vermos os rios se acabando. Sempre pergunto às pessoas se já tomaram banhos naqueles rios e se eles são os mesmos, deputado João Leite. Mas não são. Com certeza, deputado, o rio em que você tomou banho quando criança ou já não existe ou não é mais o mesmo. Então, lutar pela água certamente será uma demanda nossa.

Da mesma forma, vamos lutar pelo meio ambiente e pela agricultura familiar, responsável por 70% do que comemos.

Então, devemos, sim, lutar pela agricultura familiar para empoderarmos, cada vez mais, a titulação das terras, questão em que este governo do Estado avançou muito. Independentemente do governo que estará, no próximo ano, no Estado de Minas Gerais, tenha certeza de que essa será uma demanda que vamos, deputado João Leite, pautar.

Fico feliz com a fala do colega médico que me antecedeu, o deputado Carlos Pimenta. Foi muito boa a sua colocação em relação à monocultura do eucalipto. Devemos pedir respeito ao meio ambiente. Devemos pedir respeito às águas. É essa questão que queremos pautar. Não se trata de ser contra ou a favor de uma coisa, não é isso. Mas eu me lembro, deputado Carlos, que, quando lutamos firme em relação ao transporte de eucalipto no Vale do Jequitinhonha, fui massacrado, como o senhor também, quando fala da monocultura. Mas não me importo com isso. Ser massacrado pelos grandes e por aqueles que ganham dinheiro à custa dos que mais precisam não me importa. Mas, graças a essa nossa luta, as obras na LMG-677 estarão daqui a um mês sendo efetuadas.

Eu me lembro de que não pude comparecer à minha primeira reunião com o então governador eleito Fernando Pimentel, há quatro anos, aproximadamente nesta data, uma semana após a eleição, porque o meu carro atolou, não conseguia passar pela LMG-677. Então, fiz um compromisso: enquanto aquela estrada fosse de terra, eu não iria para o Jequitinhonha e não viria de lá de avião. Hoje, passados quatro anos, estamos caminhando para o compromisso cumprido: a conclusão da obra da LMG-677.

Então, Sr. Presidente, quero honrar também essa luta pela agricultura familiar. Lutar pelas estradas da região. Lutar pela BR-367, que é uma vergonha, uma das obras inacabadas mais antigas deste país. Esse é um outro compromisso que eu faço com o povo do Jequitinhonha, como tantas outras estradas, como a estrada que vai de Pavão a Teófilo Otôni, que passa por Águas Formosas. É uma vergonha a situação dessa estrada. Eu me pergunto, às vezes, se as outras regiões do Estado estão assim.

Vou lutar pelas crianças. Eu, como médico, tenho dito, deputado João Leite: criança não veio ao mundo para morrer, criança veio ao mundo para virar adolescente, criança veio ao mundo para virar jovem, para virar adulto, para casar ou não casar, ter filhos ou não ter filhos, frequentar uma universidade ou um curso técnico. Criança não veio ao mundo para morrer. Esta será umas das temáticas do nosso mandato: a criança, bem como todos os raios de que essa criança dependa – a saúde, a agricultura familiar, a água, a energia, a educação, todas as temáticas para dar vida com abundância a essas crianças. Precisamos dar educação de qualidade para que elas se tornem jovens e adultos.

Sr. Presidente, muito me preocupa o segundo turno das eleições. Temos vários projetos. Hoje me perguntaram, na TV Assembleia: “Quais as nossas perspectivas de mandato”? Uma situação é a perspectiva de mandato pessoal, a outra é a perspectiva de País, e nós temos que pensar além do nosso mandato. Nós temos uma campanha eleitoral que, já no primeiro turno, foi tomada e continua sendo tomada pela mentira. É um absurdo como um candidato tem coragem de falar mentiras e não tem a coragem de assinar

um documento fazendo um pacto contra a mentira. Um candidato que se opõe a assinar um documento fazendo um pacto contra a mentira já está assinando o atestado. Por falar em atestado, são tantos atestados, até para fugir de debate! Ele já está assinando o atestado que não quer debater, que quer mentir para as pessoas, e não podemos deixar isso acontecer.

Eu sou cristão e respeito aqueles que não são. Mas, como cristão, acho que tenho que defender a vida, o amor, as diversidades, as minorias. E acho incrível quando alguém hoje fala nessas questões, quando alguém fala em amor, em paz, na diversidade, nas mulheres, nos negros, nos índios, na tolerância, e o outro já fala: “Está defendendo o candidato A”. Ou seja, o povo sabe muito bem a qual candidato se encaixa cada palavra dessa. E é triste. Vemos crianças sendo colocadas no colo, fazendo gestos de armamento, de armas, de violência. Isso muito me preocupa. E, como cristão que sou, vou lutar até o último minuto, nas ruas, em todos os lugares, mas também em oração, para que este nosso país enfrente dias melhores. Com paz, com amor, com fraternidade. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado João Leite* – Sr. Presidente, meu querido amigo deputado Dalmo Ribeiro Silva; Srs. deputados aqui presentes; telespectadores da TV Assembleia; público que acompanha esta reunião da Assembleia Legislativa. Amanhã, em Governador Valadares, a partir das 14 horas, haverá a última reunião da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – tratando da antecipação da renovação da concessão ferroviária. A Assembleia Legislativa conseguiu, com uma grande articulação com o deputado Domingos Sávio, presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, prorrogar por mais 30 dias a discussão, em Minas Gerais, da antecipação da concessão ferroviária. Portanto, se ao final for aprovada essa antecipação, teremos mais 40 anos de concessão ferroviária em Minas Gerais.

Tenho muita esperança de conseguirmos virar esse jogo em Minas Gerais. Minas Gerais está perdendo, e perdendo muito, com essa antecipação da renovação da concessão. Não vejo problema em antecipar a renovação da concessão ferroviária, mas o problema é a intenção do governo federal de tirar o dinheiro da renovação de Belo Horizonte a Vitória e levar para a Ferrovia de Integração Centro-Oeste. Então não ficaria um centavo em Minas Gerais. Teríamos uma concessão Belo Horizonte-Vitória por mais 40 anos, e Minas Gerais não receberia um centavo.

O mesmo vale para a MRS, Belo Horizonte ao Rio de Janeiro. O dinheiro desse pagamento seria utilizado no Ferroanel de São Paulo, nem um centavo ficaria em Minas Gerais. É inaceitável. Nós já fizemos tudo, a partir da Comissão Pró-Ferrovias. Estivemos, deputado Carlos Pimenta, em Brasília, com o deputado Fábio Ramalho, vice-presidente da Câmara dos Deputados, visitando e levando a denúncia ao Tribunal de Contas da União, e a entregamos nas mãos do ministro Raimundo Carreiro, presidente do Tribunal de Contas da União. Depois de todo esse entendimento das audiências em Minas Gerais, tem que haver a aprovação do Tribunal de Contas da União.

Eu tinha uma expectativa grande de que conseguíssemos algum recurso para Minas Gerais, mas vejo, lamentavelmente, uma disposição do governo federal de fazer esses dois trechos, esquecendo que Minas Gerais demanda logística ferroviária. Temos ligação por ferrovia com o Espírito Santo e com o Rio de Janeiro, mas Minas Gerais não vende nem para o Espírito Santo, nem para o Rio de Janeiro. E não temos ligação com São Paulo. Precisamos de uma ferrovia até São Paulo. Trem de carga, trem de passageiros.

Estudos de 1965 do BDMG diziam que Minas Gerais ia crescer para dentro de São Paulo. Minas Gerais estava pobre e São Paulo estava rico. Aconteceu o contrário, Doutor Jean Freire: São Paulo cresceu para dentro de Minas Gerais. Na Extrema de Dalmo Ribeiro Silva, você enxerga um distrito industrial impressionante. É São Paulo invadindo Minas Gerais. Depois Camanducaia – corrija-me se eu estiver errado, Dalmo –, Itapeva, Santa Rita do Sapucaí – o Vale do Silício mineiro – e Pouso Alegre. É impressionante! Às margens da Rodovia Fernão Dias, imensas empresas ali se instalaram, e nós não temos ferrovia nessa direção.

Precisamos da ferrovia para que possamos vender os produtos para esse mercado. Precisamos da ferrovia para transportar a produção da Extrema de Dalmo Ribeiro Silva e de Pouso Alegre para São Paulo. Precisamos de um trem de passageiros ligando

Minas Gerais a São Paulo. E temos, neste momento, dinheiro à disposição do nosso Estado, porque pertence a Minas Gerais o pagamento da outorga da antecipação da concessão ferroviária.

São interessantes os números. O governo federal está cobrando da Vale R\$4.000.000.000,00 para a renovação de concessão por mais 40 anos. O governo do Espírito Santo fez as contas e disse que não são R\$4.000.000.000,00, mas R\$12.000.000.000,00. A Vale do Rio Doce tem retirado o minério de Minas Gerais por essa ferrovia e tem obtido grandes lucros. Agora acena com uma possibilidade.

Hoje conversei muito com o deputado Bonifácio Mourão, que vai com a Comissão de Ferrovias representar a Assembleia Legislativa amanhã, em Governador Valadares. Falei com ele: Mourão, não aceitamos migalhas da Vale; não queremos misturar o dinheiro que é de responsabilidade da Vale, da MRS e da VLI relativo a conflitos urbanos. Isso não é favor, é obrigação. Ora, depois de 20 anos de concessão, eles vêm nos dizer que podemos deixar o dinheiro ir lá para o Centro-Oeste brasileiro e para São Paulo, que vão resolver o conflito urbano, a travessia das linhas férreas. Isso é obrigação da empresa, que já fez a exploração por 20 anos. É obrigação da empresa, que pegou o trecho de Belo Horizonte, Sabará, Nova Lima, Rio Acima, Raposos, Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Acaiaca, Barra Longa, Ponte Nova, Teixeiras, Viçosa. É obrigação dela recuperar essa linha, que é uma linha turística.

Podemos sair de Belo Horizonte e ir a Mariana ou a Ouro Preto. Podemos ir à Universidade Federal de Viçosa, mas eles abandonaram essa linha. Agora, é obrigação deles recuperá-la, porque eles a receberam em concessão, mas a abandonaram. Está a Comissão de Constituição e Justiça um projeto de minha autoria, que determina a preservação de todo bem do patrimônio ferroviário em Minas Gerais.

Na minha ida a Bom Sucesso, deparei-me com 100 locomotivas abandonadas. É interessante, mostrei esse vídeo, que está na internet, e muitas pessoas criticaram: “É da empresa, e ela faz o que quiser”. Ora, vão a Bom Sucesso ver! Existe um logo da Rede Ferroviária Federal. Sabe quanto custa uma locomotiva hoje? Custa U\$3.000.000,00. Suponhamos que aquelas 100 locomotivas, que estão em Bom Sucesso largadas, abandonadas, valham hoje U\$100.000,00. O meu projeto obriga a preservação desse patrimônio, afinal, locomotiva é patrimônio dos mineiros. A ferrovia, com seus trilhos, é patrimônio; as estações são patrimônio; as turmas onde moravam os ferroviários são patrimônio; bem como os sinos, as chaves, os telégrafos. Enfim, tudo isso é patrimônio da população de Minas Gerais, mas essas empresas o abandonaram durante esse tempo.

Ora, deputado Dalmo Ribeiro Silva, e Ribeirão Vermelho? A rotunda de Ribeirão Vermelho não tem nenhuma peça brasileira; as telhas são de Marselha, na França; os postes são de Glasgow, tudo é importado do exterior e é largado, abandonado.

Deputado Doutor Jean Freire, não consigo entender como uma empresa não zela pela sua imagem, permitindo que seu patrimônio permaneça abandonado. Quando pegamos as telhas caídas no chão, observamos o carimbo de Marselha, na França. Tudo veio de fora. É uma rotunda maravilhosa, mas está abandonada, e a empresa teve a coragem de dizer que o bem foi devolvido. Bem? Já não é mais bem; destruiu-se aquele bem. Precisamos desse dinheiro em Minas Gerais. A Assembleia Legislativa tem que lutar para que esse dinheiro permaneça em Minas Gerais e para que possamos recuperar a nossa história.

Deputado Doutor Jean Freire, lembro-me de sua Araçuaí, em direção a Caravelas, Ponta de Areia, onde tínhamos a nossa ferrovia ligando o porto. Deputado Doutor Jean Freire, Milton Nascimento homenageou V. Exa., homenageou o seu povo com uma belíssima música, e nós ficamos aqui sonhando e nos perguntando por que os trilhos foram retirados.

Atualmente o governo federal quer fazer, na Bahia, uma estrada de ferro caríssima para ir a Ilhéus, mas lá não tem porto. Eles querem gastar dinheiro com isso. Nós já tivemos uma estrada de ferro na Bahia, que saía de Araçuaí, e o plano era passar no Vale do Jequitinhonha, mas perdemos tudo isso.

Amanhã será um dia importante em Governador Valadares, porque isso será discutido em audiência pública. Eu espero uma palavra altiva dos mineiros. Estarão presentes nessa audiência entidades não governamentais, a ONGTrem, o Crea e a Sociedade

Mineira de Engenheiros, lutando pela restauração, pela reconstrução da logística ferroviária em Minas Gerais. Isso é fundamental. Nós vemos o gargalo da região metropolitana.

Luiz Antônio Athayde e Alexandre Silveira montaram o projeto do trem metropolitano. São três linhas metropolitanas, uma delas vai de Divinópolis até Sete Lagoas, passando pela Estação Dr. Lund, em Pedro Leopoldo, que fica a 3km do Aeroporto Internacional de Confins, que é um aeroporto de carga. Nós poderíamos perfeitamente ter, em Pedro Leopoldo, um porto seco, recebendo os bens pela rodovia, pela ferrovia e exportando-os pelo Aeroporto Internacional de Confins. Tudo isso está parado.

Ontem, o governo federal deixou uma situação não explicada. A Polícia Federal e a Procuradoria-Geral da República, ao indiciar o presidente da República e mais 10 pessoas, alegam que o motivo é o alongamento, por 70 anos, do atendimento pela Rodrimar, do Porto de Santos, sem licitação. A antecipação da renovação da concessão ferroviária em Minas Gerais é sem licitação, e o governo federal está tocando isso rapidamente, antes do final do governo. Essa é a pergunta que faço e solicitei ao deputado Bonifácio Mourão que faça essa pergunta amanhã em Governador Valadares.

O modelo é o mesmo que indiciou o presidente Temer e mais 10 pessoas? Vocês vão conceder isso por mais 40 anos sem licitação, sem competição? É o mesmo modelo que vocês estão propondo em Minas Gerais? Vão tirar o dinheiro do Estado?

Quero falar do nosso trabalho, do que planejamos. Buscamos conhecer a situação, o abandono das ferrovias em Minas Gerais. Nós nos unimos à Câmara dos Deputados, aos deputados federais e à Advocacia-Geral do Estado. Até agradeço ao Dr. Onofre, advogado-geral; ao Cássio, procurador; e ao Dr. Valmir, que está à frente disso e que juntou toda essa documentação. Estamos em todas as frentes, estamos pressionando politicamente e estamos também amparados juridicamente para defender o que pertence a Minas Gerais e aos mineiros.

Queria muito estar amanhã em Governador Valadares para fazer essa pergunta: a modalidade é a mesma que indiciou o presidente, ontem, e mais 10 pessoas? É a mesma coisa que vocês querem fazer em Minas Gerais? Fazer com que tenhamos mais 40 anos de concessão ferroviária sem nenhum retorno para o Estado e sem licitação?

Acompanharemos com toda atenção. Muito obrigado, Sr. presidente. Nossas homenagens a Extrema, a Camanducaia, a Itapeva, a Monte Verde, a Santa Rita do Sapucaí... Quais mais, Arantes? Ajude-me também, porque você é do Sul de Minas. A Passa-Quatro, a nossa Pousa Alegre e a nossa Borda da Mata, a Jacutinga, a Ouro Fino, a Inconfidentes. Um grande abraço, nessas homenagens, ao nosso amado Sul de Minas, com seu verde exuberante e suas montanhas.

* – Sem revisão do orador.

DISCURSOS PROFERIDOS NA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 18/10/2018

O deputado Fábio Avelar Oliveira* – Sr. Presidente, Srs. deputados, Sras. deputadas, telespectadores que nos assistem através da TV Assembleia, boa tarde a todos!

Sr. Presidente, é a primeira vez que faço uso da palavra aqui na tribuna. O motivo hoje é de agradecimento aos 83.818 votos obtidos nas urnas nas últimas eleições. Deixo aqui o meu agradecimento a minha terra natal, cidade de Nova Serrana, pelos 27.929 votos. Praticamente aumentei em 4 mil votos a minha votação em relação à última eleição. Deixo o meu agradecimento também às 387 cidades que me concederam mais 55.779 votos, obtendo uma votação de 88.818 votos; fui reeleito com mais do dobro da votação anterior.

Agradeço aos funcionários tanto do gabinete de Nova Serrana como os daqui de Belo Horizonte, pessoas que me acompanharam nesses 45 dias de campanha, numa trajetória de vitória. Tivemos muitas conquistas, tanto para a minha terra natal, cidade de Nova Serrana, como para o Centro-Oeste e para praticamente todo o Estado.

Cito aqui a votação que tive em Nova Serrana em decorrência do nosso trabalho. Fizemos a implantação do Olho Vivo naquela cidade, do Samu, digitalização dos rádios Ht da Polícia Militar. Nova Serrana passou, Sr. Presidente, a ser a primeira cidade do interior de Minas a possuir essa digitalização. Tivemos ainda a redução do ICMS de 3% para 2% do setor calçadista.

Conseguimos também 11 novas viaturas para a Polícia Militar, 76 novos PMs, 14 novos investigadores, recurso para asfaltamento da estrada que liga Nova Serrana à comunidade de Canjicas, onde foi feita uma obra de quase R\$3.000.000,00, implantação do pelotão do Corpo de Bombeiros, em Bom Despacho, implantação do pelotão da Polícia Militar, em Perdigoão, e implantação do Olho Vivo na cidade de Perdigoão. Bom, foi em virtude disso que conseguimos essa expressiva votação, podendo estar aqui hoje agradecendo desde a menina que carregou a nossa bandeira na campanha, como também os prefeitos e aqueles que nos apoiaram durante esses 45 dias. Foi uma votação expressiva, que nos dá condições de estarmos aqui representando Nova Serrana e todo o Centro-Oeste mineiro por mais quatro anos.

Quero deixar aqui um agradecimento a todos os empresários de Nova Serrana que não mediram esforços para estar nos ajudando. Agradeço também todos os comerciantes, empresários do ramo calçadista, enfim, os comerciantes de Nova Serrana e os trabalhadores que nos ouviram e nos atenderam. Foi uma votação de 24 mil, em um momento difícil da história política em que a maioria das pessoas – 50% da população – está descrente com a política. Mas conseguimos aumentar essa votação, tanto dentro da minha cidade, da minha terra natal, como também em todo o Estado de Minas Gerais. Sendo assim, quero meu agradecimento aos 83.818 votos obtidos nas urnas. Podem ter certeza, vou continuar fazendo meu trabalho como sempre tenho feito, vindo e voltando todo dia. Saio de casa praticamente às 7 horas da manhã e retorno às 10 horas da noite. Sequer uma noite fiquei em Belo Horizonte. Fiquei sempre ao lado da minha família, sempre ao lado do meu povo para ver de perto suas necessidades e trabalhar a favor da população do nosso Centro-Oeste. Com isso, conseguimos essa vitória.

Quero deixar meu agradecimento à minha família, que soube compreender durante esses 45 dias essa ausência. Praticamente vejo minhas filhas e elas me veem só dormindo. Quando saio de casa, a pequena está dormindo. E quando chego em casa, às 10 horas da noite, ela também está dormindo. Mas, graças a Deus, temos mais quatro anos para fazer o melhor para o nosso Estado de Minas Gerais. Muito obrigado a todos. Obrigado, presidente. Essa é minha fala.

O deputado Roberto Andrade* (em aparte) – Quero somente cumprimentar o colega Fábio Avelar Oliveira. Somos parceiros na Comissão de Desenvolvimento Econômico e discutimos muito o desenvolvimento do nosso estado. Ele está sempre preocupado com o desenvolvimento da sua cidade, que é um polo calçadista importante. Também quero cumprimentá-lo pela sua votação, pela sua reeleição. Vamos continuar trabalhando pelo desenvolvimento de toda a Minas Gerais. Sabemos que precisamos trabalhar muito a questão desenvolvimento econômico, pois sem geração de emprego não há recurso, não há imposto, não há renda e não há dinheiro para a saúde, para a educação. Você fez isso muito bem na região que defende, lá no polo moveleiro. Portanto, queria convidá-lo para continuarmos junto no nosso trabalho em prol do desenvolvimento econômico do nosso estado. Parabéns pela sua reeleição!

O deputado João Leite* (em aparte) – Quero parabenizar o deputado Fábio Avelar Oliveira pela reeleição, desejando que o senhor continue com muito sucesso aqui. Infelizmente, o senhor não deixou nenhum voto para mim em Alberto Isaacson, minha terra, nem em Velho da Taipa, nem em Conceição do Pará. Em Pitangui não sobrou nada. Parabéns! O senhor rapou todos os votos lá da região dos Leite. Parabéns! Estamos muito felizes com a sua reeleição.

O deputado Fábio Avelar Oliveira* – Obrigado, deputado João Leite. É uma alegria estar aqui mais quatro anos junto com você, que sempre tem tido um respeito muito grande com a nossa pessoa. Muito obrigado. Saudações cruzeirenses para você, para o Roberto, para o amigo e para o Sargento Rodrigues. Enfim, deixo um abraço a todos. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia – Deputado Cristiano Silveira, em primeiro lugar, quero agradecer a V. Exa. a gentileza de dirigir os trabalhos para que eu possa usar a tribuna agora; e, segundo lugar, quero cumprimentar o nosso novo deputado que tomou posse anteontem e, portanto, desejar-lhe um bom trabalho na Casa e um bom companheirismo entre nós. Seja bem-vindo!

Sr. presidente, Srs. deputados, Sras. deputadas e bancada da imprensa, quero, em primeiro lugar, aproveitar a oportunidade de estar nesta tribuna para agradecer ao povo mineiro a votação que obtive para a Câmara Federal. Foram 131.312 votos. Foi 13, 13, 12. Por pouco eu não emplacava 13, 13, 13, o que seria uma coincidência muito satisfatória. Com certeza, foi uma votação extraordinária.

Quero agradecer a todos esses eleitores e a todos os colegas o trabalho que desenvolvemos durante todos esses anos. É o quarto mandato que vou concluindo na Assembleia Legislativa. Consegui obter também uma votação espalhada por todo o Estado. Por incrível que pareça, deputado Cristiano, obtive voto em 850 municípios mineiros. Então, em apenas três municípios não obtive voto, o que demonstra que conseguimos conversar com o eleitorado do Estado de Minas Gerais inteiro. Vou à Câmara Federal agora, representando não apenas uma região, mas todo o Estado de Minas Gerais, já que minha votação foi tão volumosa e espalhada. É claro que isso se deveu também ao trabalho realizado durante quatro mandatos, e um trabalho muito grande na área de educação, que certamente me ajudou a obter essa votação tão disseminada em Minas Gerais. Depois farei um balanço das ações que fizemos nesses quatro anos e do que pretendemos ainda fazer nesta legislatura.

Porém confesso que hoje ocupo esta tribuna para falar sobre outro assunto que considero muito grave. Sr. Presidente, ocupo esta tribuna para repercutir uma matéria da *Folha de S. Paulo* que abala as eleições nos dias de hoje, em especial a eleição presidencial no segundo turno. Não sei se todos tiveram acesso, inclusive os telespectadores da TV Assembleia. A *Folha de S. Paulo*, que, aliás, é o maior jornal de circulação no Brasil, estampa a seguinte manchete hoje no seu diário: “Empresários bancam campanha contra o PT pelo WhatsApp”. A denúncia é extremamente grave. “Com contratos de R\$12.000.000,00 por empresa, a prática viola a lei por ser doação não declarada”. Vou resumir. O candidato Bolsonaro recebeu de empresas, o que é vedado por lei, e várias delas com contrato para cada uma de aproximadamente R\$12.000.000,00, para que disseminassem no WhatsApp matérias que, quando fomos ver, são *fakes*, e isso foi feito uma semana antes do primeiro turno.

O candidato Bolsonaro, que tem se apresentado como honesto – embora eu jamais tenha tido ele nesta conta, ele se diz e se proclama assim ao povo brasileiro –, simplesmente faz uma vaquinha entre os empresários, uma vaquinha milionária. Com essa vaquinha de empresas, o que é proibido pela legislação, pois o STF determinou a proibição desse tipo de campanha que recebe dinheiro de empresas, ou seja, com esse recurso, ele impulsiona mensagens de WhatsApp pelo Brasil afora para incentivar a sua candidatura. É muito grave a denúncia porque os crimes aí cometidos são muitos.

Antes de fazer juízo em relação a isso, quero mostrar o que diz a matéria veiculada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, porque alguns trechos precisam ser lidos: (– Lê:) “Empresas estão comprando pacotes de disparos em massa de mensagens contra o PT no WhatsApp e preparam uma grande operação na semana anterior ao segundo turno. A prática é ilegal, pois se trata de doação de campanha por empresas, vedada pela legislação eleitoral, e não declarada. A *Folha* apurou que cada contrato chega a R\$12.000.000,00 e, entre as empresas compradoras, está a Havan. Os contratos são para disparos de centenas de milhões de mensagens”.

Essas centenas de milhões de mensagens não poderiam ter sido espalhadas, presidente, pelo Brasil, porque o WhatsApp agora permite que, a cada envio de mensagem, você atinja somente 20 pessoas, ou seja, 20 mensagens. Para fugir disso, o candidato Bolsonaro contratou empresas, que fizeram contratos internacionais para o disparo de mensagens. Depois fomos verificar que a maioria dessas mensagens eram *fake news*, já proibidas pelo STF, como o famoso *kit gay*, que nunca existiu e foi disseminado, em todo o País, como se fosse algo do candidato adversário do Bolsonaro. Ele inundou ou imundou o Brasil com essas *fake news*, vindas de fora para dentro, por meio de uma transação internacional, para atingir o público aqui, no Brasil. Isso com *fake news* e caixa dois

de empresas. Os crimes são vários: *fake news* é crime, caixa dois é crime, dinheiro de empresa é crime, como também é crime fazer essa divulgação em massa via WhatsApp. Assim ele pautou a reta final das eleições. É essa a denúncia que a *Folha de S.Paulo* faz.

Agora fica mais claro entender por que o voto desse cidadão, Bolsonaro, deputado há 28 anos, em Brasília, foi sempre contrário aos trabalhadores e favorável aos grandes empresários e ao capital financeiro internacional. Por que Bolsonaro votou a favor da reforma trabalhista, que retira direitos dos trabalhadores? Porque agora ele conta com vaquinha de caixa dois de empresários, para impulsionar a sua campanha. Ele governará com eles. Já anunciou que os servidores públicos e os trabalhadores mais pobres não podem ter direitos, assim disse o seu vice-candidato, como o 13º salário e 1/3 de férias. O trabalhador escolhe ter emprego ou ter direitos; os dois não pode. Portanto, acena com mais uma reforma contra os interesses dos trabalhadores. Claro, com isso ganhou dinheiro de caixa dois à vontade, para disseminar WhatsApp falso de empresas, como denuncia e prova a *Folha de S.Paulo*. Não é só uma denúncia, é prova. Aliás, mais do que isso, ele já anunciou também que vai fazer a tal reforma da previdência, tirando direitos especialmente dos servidores públicos, civis e militares, os quais ele diz representar, mas que, segundo ele, são os culpados pelo rombo da previdência. Assim adianta Bolsonaro, para alegria do capital financeiro, que as aposentadorias vão acabar, no Brasil, para os servidores públicos especiais; as outras serão controladas, uma espécie de reforma da previdência pior do que a que Temer tentou fazer. Esse Bolsonaro faz isso, recebendo – agora sabemos disso – dinheiro e mais dinheiro de empresários, via caixa dois, que bancam a sua campanha pelas empresas, cometendo, na cara do STF e do TSE crimes, colocados pela *Folha de S.Paulo*, que não é nenhum jornal petista, mas que prova a atitude criminosa de Jair Bolsonaro. É melhor ele já ir se explicando, porque o que a lei eleitoral, no Brasil, diz a respeito disso é que essas candidaturas são cassadas. Todos nós que fomos candidatos sabíamos que não poderíamos ir a empresas pegar dinheiro para a nossa campanha. Sabíamos que não poderíamos pegar dinheiro de empresa, muito menos pegar dinheiro de caixa dois para ativar *fake news* aí afora. Como vai agir o TSE diante dessa fraude? Repito: agora fica claro por que ele sempre vota contra os trabalhadores e o povo. Votou também para congelar as verbas da saúde e da educação por 20 anos. Todos sabemos que verba da educação e da saúde congelada por 20 anos, como fez o Temer – agora o Bolsonaro quer ser o continuismo do governo Temer – liquida com a saúde e a educação pública no Brasil.

Mas é isso que ele quer, pois também já anunciou que fará o ensino a distância inclusive para crianças que já estão no ensino fundamental, ou seja, crianças a partir de 9, 10 anos poderão não ter escola e estariam em escolas a distância. Ou seja, estão tirando até – e ele promete fazer isso – a escola da criança, além de fazer a demissão em massa de professores.

Quem aposta nesse sujeito no Brasil? Agora estamos sabendo: os grandes empresários, que fazem vaquinha de caixa dois para esse Bolsonaro, em atitude criminosa, como prova agora a *Folha de S.Paulo*. É de se perguntar ao Tribunal Superior Eleitoral se isso vai ficar assim mesmo. É de se perguntar ao Superior Tribunal Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral. Vão fazer vista grossa a um crime eleitoral dessa monta? E a *Folha de S.Paulo* foi mais fundo. Ela procurou saber se essas empresas poderiam fazer algum tipo de contrato com a própria *Folha de S.Paulo*, que gostaria de enviar mensagens de WhatApps uma semana antes, mas não conseguiu nenhuma delas, pois elas já estão sobrecarregadas por trabalhos do segundo turno. Ou seja, o meliante Jair Bolsonaro já está preparando para o segundo turno um esquema, como fez no primeiro turno das eleições. É extremamente grave tentar ganhar, disputar ou ganhar eleições em cima de tantas fraudes, sabendo que as elites brasileiras já estão atuando nesse sistema eleitoral há muito tempo.

Então, deputado Cristiano Silveira, a denúncia que a *Folha de S.Paulo* faz – e não é apenas denúncia, pois há provas contundentes disso – é muito grave. É claro que não temos expectativa – pelo menos eu não tenho – que esses organismos, como o Tribunal Superior Eleitoral e o STF, que são dominados pela vontade das elites, vão fazer alguma coisa. Por isso faço, daqui da tribuna, a repercussão da prova cabal que a *Folha de S.Paulo* fez do recebimento de dinheiro de empresa via caixa dois pelo candidato Bolsonaro, para que o povo brasileiro, em especial o povo mineiro, não fique iludido com esse sujeito que quer se dizer contra o sistema. Contra o sistema, nada! São 28 anos como deputado, sempre acostumado ao mesmo sistema. E tão acostumado ao mesmo

sistema, que não se adaptou a nenhum deles, não aboliu o caixa dois nem o dinheiro das empresas que bancam a candidatura dele. Agora sabemos, uma candidatura milionária. Agora sabemos porque essas *fake news* se espalharam com tanta rapidez, vindo, inclusive, de DDDs internacionais para influenciar o Brasil, o que é outro crime, a contratação de DDDs internacionais para burlar a lei daqui, que estabelece, para cada mensagem, 20 pessoas. Segundo a estimativa, ele acumula de 20 a 300 mil pessoas cadastradas para fazer esse envio, todas pagas com dinheiro do empresariado, para que ele possa levar um programa de fim dos direitos dos trabalhadores. Agora está explicado por que os empresários financiam Jair Bolsonaro. Financiam, e agora o dinheiro dele se explica pelo que ele votou e onde quer voltar.

É preciso verificar também o que aconteceu em Minas Gerais, porque a matéria da *Folha de S.Paulo* disse que Romeu Zema também contratou empresa de impulsionamento, para vinculá-lo ao voto de Jair Bolsonaro na véspera das eleições. Jair Bolsonaro fez isso com vários. A gente fica se perguntando porque aconteceram coisas estranhas às vésperas da eleição. Está explicado! Jair Bolsonaro pegou dinheiro de empresário, via empresa e caixa dois, e jogou todo esse dinheiro em esquemas de *fake news*, produzindo um resultado eleitoral diferente de tudo aquilo que era previsto.

A gente sabe que as eleições correm o risco de virar. E hoje começam aparecer novas *fake news* dessa mesma turma, com o mesmo esquema, com dinheiro sujo, dizendo que, se Bolsonaro perder, está chamando para o Brasil uma grande rebelião para não aceitar o resultado eleitoral. Ou seja, o seu tom fascistoide de ameaça continua, mas bancado por caixa dois de empresários inescrupulosos, que deveriam ser presos imediatamente para não repetirem isso agora no segundo turno.

Presidente, a denúncia é grave e esperamos que provoque uma ação do Tribunal Superior Eleitoral e do STF. Esperamos que eles não continuem acovardados, simplesmente obedecendo àquilo que o Exército Brasileiro manda que façam. Infelizmente, estamos no Brasil num caminho de volta ao regime autoritário, que se pretende construir aqui. Por isso, faço esse alerta até em nome da democracia, para que seja desvendado todo esse mistério eleitoral protagonizado por esse sujeito ao se utilizar de tantos recursos, tantos milhões, dinheiro de caixa dois e dinheiro de empresas, o que é proibido pela legislação brasileira. Obrigado.

O deputado Sargento Rodrigues* – Presidente, deputados, deputadas, serei muito breve. Ontem, depois que fiz, da tribuna da Assembleia, a denúncia da grave acusação que pesa sobre o candidato Romeu Zema Neto, ele contratou dezenas de pessoas para me atacarem nas redes sociais, inclusive na página do Facebook. É sinal, Sr. Romeu Zema, de que fomos no ponto certo e que o senhor realmente tem que explicar muitas coisas para o conjunto da sociedade mineira. Romeu Zema contratou muita gente e a um preço caro; é muita grana que ele está pagando para as pessoas me atacarem nas redes sociais. Mas o senhor escolheu o deputado errado para fazer isso.

Sr. Romeu Zema, o senhor foi acusado de estupro de vulnerável, de ter praticado sexo com uma criança na presença de outra pessoa. Então, o senhor deve algumas explicações para a população de Minas Gerais. O senhor disse que era testemunha num processo de guarda judicial, mas não é verdade; o senhor era acusado de pedofilia, acusado de praticar sexo com uma criança de 5 anos de idade. Então, o senhor não tem de me atacar, mas de responder às pessoas, que aguardam por isso. Por que o senhor não disse até agora que tinha um caso com a mãe da criança? Até agora, o senhor não assumiu isso.

Sr. Romeu Zema, fiquei por 15 anos na Polícia Militar, dos quais fiquei 11 no combate ao crime nas ruas. Aqui, fui presidente da comissão especial que apurou a prostituição infantil no Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas. Então, estamos experimentados e conscientes do que cobramos aqui. O inquérito precisa ser reaberto, Sr. Romeu Zema. Infelizmente, a delegada que apurou o inquérito policial não ouviu os avós paternos, a médica pediatra que atendeu a criança em Curitiba, nem a psicoterapeuta que participou de uma sessão com a criança, na presença do pai, quando a criança relatou todos os fatos. Então, o senhor não precisa me atacar nem me explicar essas questões. Essas questões, o senhor tem que explicar ao cidadão mineiro. Então, faço novamente esse questionamento: se a imprensa mineira tivesse ouvido os avós paternos, a psicoterapeuta e a médica pediatra que atendeu a criança, eles estariam hoje no seu encalço, cobrando explicações.

O senhor não precisa explicar essas questões para mim. O senhor não precisa me atacar nas redes sociais. O senhor tem que explicar ao cidadão mineiro. Volto a fazer o questionamento: se a nossa imprensa tivesse ouvido os avós paternos, se a imprensa mineira tivesse ouvido a psicoterapeuta, a médica pediatra que atendeu a criança, eles estariam hoje no seu enalço cobrando. E se, realmente, o senhor é tão inocente, reúna a imprensa, dê uma coletiva, venha a público, Sr. Romeu Zema, se explicar. A denúncia é muito grave, é nojenta. É o estupro de vulnerável, de uma criança de 5 anos.

Como presidente da Comissão de Segurança Pública da Assembleia, como um deputado sério e honrado, que está aqui todos os dias, exigimos que o Sr. Romeu Zema venha a público.

Você que é mãe, você que é pai de uma criança de 5 anos, imagine: será que ela contaria toda essa história que está descrita na ocorrência na Polícia Civil de Curitiba? Será que ela inventaria essa história? Está aqui o laudo da psicoterapeuta, Dra. Regina M. Denk, e a data em que foi feito o laudo de uma criança de 5 anos de idade. Essa criança inventaria, do jeito que descreveu as cenas, a pessoa, o dia em que aconteceu, como aconteceu? É lastimoso que o Sr. Romeu Zema não tenha vindo a público ainda explicar isso. O senhor precisa vir a público explicar e responder. Mas, em relação ao inquérito feito, à posição do Ministério Público, nós cobraremos a reabertura do inquérito ao procurador-geral de justiça, porque esse fato precisa ser apurado.

Quero trazer a última informação aos senhores e às senhoras que estão acompanhando esse caso. Infelizmente, Romeu Zema é um homem muito poderoso na cidade de Araxá. É um homem muito poderoso e tem uma ligação muito próxima com a delegada, com o promotor, e com o juiz da vara criminal. Não precisa ser muito inteligente para explicar o restante.

Nós vamos pedir a reabertura do inquérito. O senhor não vai se safar antes que esse inquérito seja reaberto. Essa é a verdade. O senhor precisa vir a público. O senhor tem que vir a público. O senhor tem que reunir a imprensa e mostrar porque o senhor disse que era testemunha e não o acusado. Por que o senhor não revela que tinha um caso com a mãe da criança? Por que esse inquérito foi tão malfeito? Será que foi o poder financeiro que falou mais alto? Será que foi a influência de Romeu Zema? Os avós paternos disseram num vídeo a que tivemos acesso: “Ele é muito poderoso. Ele manda em toda a cidade. Não temos condições financeiras de enfrentar uma pessoa tão rica”.

Infelizmente, Sr. Romeu Zema, o senhor tem muito a explicar ao cidadão, às pessoas de bem, aos pais e mães que têm filhos e filhas. O senhor tem que explicar a acusação de estupro de vulnerável de uma criança de 5 anos. São essas as nossas considerações na data de hoje, Sr. Presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira* – Sr. Presidente, nobres colegas, quero iniciar minha fala, ainda em tempo, fazendo um agradecimento ao povo de Minas Gerais pela votação expressiva que tive nessas eleições. Na última eleição fui eleito com pouco mais de 46 mil votos e, agora, tivemos mais de 79 mil votos. Foi um trabalho reconhecido, entendo eu, pelo povo de Minas Gerais, pela atuação séria que tivemos na Casa, pela capacidade de pensar Minas e as proposições de leis que apresentei aqui, pelos embates, às vezes, calorosos na Comissão Direitos Humanos, dentro do contexto muito complicado do nosso país, da intolerância, da violência, do preconceito. Mesmo assim, pudemos ser compreendidos e ouvidos por todo o povo de Minas Gerais. A votação foi em todas as regiões, em vários municípios. O mandato, então, fez a opção por ser, mesmo, do Estado. Claro, representando as regiões, mas um mandato que pensa e se ocupa dos problemas de Minas Gerais.

Então agradeço ao povo mineiro, que esteve conosco na caminhada e que nos dá esta oportunidade, a permissão de permanecer na Casa por mais quatro anos, defendendo os nossos ideais, os nossos propósitos, as nossas bandeiras e os nossos valores. Fica aqui a minha gratidão. Eu já era muito grato por ter tido a oportunidade de estar na 18ª Legislatura. Se o povo entendesse que não merecíamos estar aqui de volta, eu já seria muito grato por ter sido parlamentar em pelo menos uma legislatura. Mas retornando, e com a votação ainda mais expressiva, aumenta também, claro, a nossa responsabilidade e o compromisso com toda Minas Gerais,

desde os amigos, companheiros, parceiros do sofrido Norte, do Jequitinhonha até os da região Sul. Então quero renovar os compromissos feitos aqui na Assembleia por ocasião do primeiro mandato agora para este que virá e durará até 2022.

Quero também, presidente, nesta ocasião, trazer aqui algumas preocupações com relação ao processo eleitoral deste ano. V. Exa. acabou de citar aqui uma reportagem do jornal *Folha de S.Paulo*, da data de hoje, que traz uma denúncia muito grave de que a candidatura do Sr. Jair Bolsonaro estaria se utilizando de recurso não contabilizado, de recursos financeiros da iniciativa privada, e ainda de ferramentas não autorizadas, com DDD internacional, para influenciar o resultado das eleições. Isso explica muita coisa, explica o fenômeno de votos no dia da eleição, muito diferente, muito distante daquilo que sinalizavam os principais institutos de pesquisa.

Essa denúncia, presidente, tem que ser apurada e de maneira profunda. Isso tem de ser feito com velocidade, porque o Tribunal Superior Eleitoral e talvez até mesmo o Supremo não podem demorar a se posicionar e a investigar esses fatos, porque é uma campanha muito rápida, uma campanha muito curta. Estamos falando agora de basicamente uma semana e meia até as eleições para que essa medida seja tomada.

Estou dizendo isso porque a candidatura de Fernando Haddad denunciou os chamados *fake news*, que são as mentiras criadas na internet, os memes, aquelas artezinhas, fotografias montadas para atacar e denegrir o candidato adversário. A candidatura do Fernando Haddad já entrou com uma representação no TSE mostrando que o chamado *kit gay* – muito propagado pela candidatura de Bolsonaro, que disse que o referido *kit* teria sido distribuído pelo então ministro da Educação, Fernando Haddad – era uma mentira grave que atentava contra o candidato adversário. O TSE demorou muito a se pronunciar. Bem, pronunciou-se e determinou que isso fosse retirado das redes sociais.

Lamentavelmente, quando falta conteúdo para discutir o Brasil, quando não se discutem propostas, o que resta é o ataque. É sempre assim. É claro que o candidato Bolsonaro não contaria para o povo brasileiro que os ônibus amarelos que circulam em todos os municípios do nosso país, do chamado programa Caminho da Escola, foram criados na gestão de Haddad. Isso não é *fake*, isso é verdade. Que as chamadas creches do programa Proinfância, que atendem meninos de até 5 anos em todo o nosso país, foram feitas durante a gestão do então ministro Haddad. E não foi diferente na criação das vagas dos Pronatecs, para qualificação profissional; nem na ampliação dos institutos federais, proporcionando a qualificação técnica de qualidade; tampouco na expansão expressiva das universidades, nas vagas do curso superior. Só na minha cidade de São João del-Rei foi criado um novo câmpus – o câmpus Ctan –, mais o câmpus Ouro Branco, o câmpus Divinópolis e o câmpus Sete Lagoas. Sem falar também no ProUni e no Fies, que garantiu a presença de vários alunos no ensino superior. Isso tudo é verdade, mas é evidente que o concorrente não vai falar as verdades do seu adversário, então cria os *fakes*. Fala do *kit gay*, da mamadeira erótica, diz que Haddad é dono de uma Ferrari, que o seu relógio valeria mais de R\$100.000,00. Isso tudo, deputado Rogério Correia, impulsionado, alimentado, financiado por aquilo que traz a denúncia da *Folha de S.Paulo*. É grave. Como se não bastasse a mentira, que por si só já é um crime grave, porque atenta contra a honra do seu concorrente e induz as pessoas ao erro, ao equívoco, à avaliação equivocada, isso ainda é financiado, de maneira clandestina, por grupos econômicos.

Então, precisamos entender que tipo de Brasil queremos. Penso que não queremos um país da intolerância. E aqui chamo a atenção para um outro dado, uma situação que tem nos preocupado muito nestas eleições: os atos de violência. Já se somaram mais de 60 os atos de violência promovidos por apoiadores da candidatura de Jair Bolsonaro contra cidadãos que pensam diferente.

Chegamos ao ponto de não falarmos somente de agressão. Estamos falando de assassinato: capoeirista da Bahia com 12 facadas, uma jovem com a suástica nazista feita no pescoço, e isso não para. Mas não teria como ser diferente, porque o candidato defende a violência, a morte, a tortura e diz nos seus atos públicos: “Vamos metralhar essa petralhada”. Ele diz em entrevistas que defende, sim, a tortura, que só uma guerra civil resolve; que o problema da ditadura é ter matado pouco, têm de morrer uns 30.000 –

inclusive, acabam morrendo inocentes também. Ora, não tem como um líder que propaga essas ideias não sentir ter como efeito prático e concreto nas ruas o ato concreto da violência que ele mesmo está propagando.

A pergunta que tem de ser feita ao povo brasileiro – e quero muito que você pense no seu filho, na sua filha, na sua família – é a seguinte: que tipo de país queremos? Não é possível que aquela que se diz a melhor opção para enfrentar a violência que hoje paira sobre a nossa sociedade seja justamente a candidatura que fomenta, entusiasma e prega a violência. Não é possível acreditar que a solução seja por aí.

Estamos falando, deputado Rogério Correia, de um parlamentar que, em sua campanha, diz que representa a mudança disso tudo que está aí, mas ele mesmo faz parte disso tudo que está aí. Ou ele não estava no Congresso Nacional nos últimos 27 ou 28 anos? Não estava lá recebendo salários, verbas indenizatórias? O deputado não apresentou nenhuma proposta concreta para a segurança pública.

Quero que os amigos da segurança me escutem. Durante 27 anos, o Estado do Rio de Janeiro, seu estado de origem, vem pegando fogo, e ele nunca apresentou ou aprovou uma proposta que tratasse da política de segurança em nosso país ou da situação da condição dos trabalhadores em segurança, como os policiais. E, 27 anos depois, ele vem dizer que tem a solução: dois projetos aprovados, mas nenhum na área de segurança. Se também formos analisar a destinação de emendas parlamentares, tenho certeza de que o investimento foi pífio para a área de segurança.

Então, o cartão de visita daquele que diz que tem a solução para a segurança do nosso país, para o enfrentamento da violência é aquele que mostra que, durante 27 anos, não trouxe isso como debate primário, não aprovou nenhum projeto de lei, não propôs nenhuma política pública e não fez investimentos para a área. No entanto, tem como cartão de visita o seu estado, que pega fogo por causa da violência e da criminalidade, dizendo: “É mudar isso tudo que está aí”. Mas apoia as reformas, como a trabalhista, e apoiou a PEC, que se tornou emenda à Constituição, em 1995. E o que diz essa emenda à Constituição? Congelar dinheiro da saúde por 20 anos, congelar dinheiro da educação por 20 anos, congelar o dinheiro da segurança pública por 20 anos.

Se não há política pública, se não há programa, se não há prevenção, se não há a disputa do sujeito com as ações sociais afirmativas, o que sobra? “Vamos fazer o seguinte, cidadão: se vira! Vá lá, compre a sua arma e vê o que você dá conta de fazer”. Porém, a sociedade brasileira não está pronta para andar armada por aí – acho que sociedade alguma está.

E é importante que o cidadão também saiba que ter a posse da arma já é permitido. Quando foi votado, o novo Estatuto do Desarmamento permitiu que o cidadão, atendendo as pré-requisitos estabelecidos na lei da Polícia Federal, dos testes psicológicos e dos antecedentes criminais, pudesse proteger a sua propriedade, ter posse de arma, mas o porte não é possível.

Imagine se tratarmos a arma como uma bala, que se compra em boteco. Vou ali, a uma loja, e compro um 38, coloco na cintura e saio. Se o sujeito, corintiano, que está puto porque o Corinthians perdeu ontem para o Cruzeiro, cruza com um cruzeirense, vai dar treta, e um dará um tiro no outro. Outro exemplo: o sujeito vai cantar uma moça no baile – e isso aconteceu, e quem atirou era um agente de segurança treinado –, mas não gosta da tirada dela e prega fogo nela. Isso aconteceu.

Imaginem o banguê-banguê no trânsito, no churrasco. Não dá para ser assim. As sociedades que têm flexibilidade de acesso a armas não são as mais seguras, com os menores indicadores de violência. É uma falsa saída, uma falsa percepção. Não será isso que vai resolver o problema. O que resolve o problema é disputar o menino ainda novo, é a escola em tempo integral, é oferecer livros, é acompanhar as famílias vulneráveis, é voltar a gerar emprego.

Recentemente, um famoso traficante deu uma entrevista a um jornal de grande circulação e disse que, no governo do ex-presidente Lula, com a economia crescendo, os seus negócios ficaram meio atrapalhados. Isso porque, depois que começou a haver muito o Minha Casa Minha Vida e muitas obras do Pac, o sujeito chegava e dizia: “Eu queria ver se você não me libera aqui, pois eu quero voltar para casa, porque lá está havendo muitas vagas de pedreiro e servente de pedreiro; eu sei trabalhar e quero ficar mais

perto da minha família”. Essa foi a entrevista de um traficante em um jornal de grande circulação. Esse é o impacto quando se volta a gerar emprego e renda e a inclusão social. Esses são os efeitos, combinados com a educação, com o acompanhamento das famílias.

Portanto, eu não acredito que essa seja a solução. E não acredito que isso resolverá o problema do Brasil. Você pode ter a raiva que for do PT, um pouco pode ter fundamento, já que pessoas que compõem os quadros do partido cometeram erros, não a sua maioria, mas não é possível que você não acredite que o PT fez o Brasil crescer, transformando-o na sexta melhor economia, gerando 20 milhões de empregos, tirando 30 milhões da miséria, oferecendo aumento real do salário-mínimo, criando o programa Samu, programa Mais Médicos, ampliando as vagas nas universidades, ou seja, fazendo o Brasil ser um país respeitado mundialmente. Se você acreditar que o PT quebrou o Brasil, com esses argumentos, está sendo induzido ao erro.

É importante que você se lembre de que, em abril de 2016, o discurso que se repetia, no Congresso Nacional, era: “Tirem a Dilma e o PT que se voltará a gerar emprego”. A taxa de desemprego era de 11 milhões, e hoje, entre emprego e subemprego, é de 30 milhões. Falavam que tirando a Dilma e o PT acabaria a corrupção. Geddel Vieira Lima tinha R\$50.000.000,00 guardados dentro de malas em seu apartamento, o Aécio e o Temer foram pegos em gravação. Eu não vejo o Bolsonaro incomodar-se com isso; eu nunca vi um depoimento dele contra a corrupção que também apontasse aqueles que estão em exercício do mandato, mas que deveriam estar pagando, nos termos da lei, como aqueles que cometeram crimes. Ele não diz nada, é da base do Temer, volto a lembrar.

Diziam para tirar o PT, que o custo de vida melhoraria. Você sabe qual era o preço da gasolina e para quanto foi. Quanto era o gás de cozinha e para quanto foi. Portanto, não caia nessa conversa. Nós pegamos o Brasil quebrado em 2002 e entregamos um País melhor.

Se você acha que o país não avançou, quero que todos leiam o artigo do senador Tasso Jereissati, que foi presidente nacional do PSDB. Ele diz que não deveriam ter entrado na pauta-bomba; ter aprovado pauta-bomba no Congresso, que acabou inviabilizando o Brasil; ter entrado na canoa de Michel Temer. Quem está admitindo isso não sou eu, que sou do Partido dos Trabalhadores; quem está admitindo isso é o ex-presidente nacional do PSDB, que participou do golpe, com Aécio, com Temer, com Anastasia e companhia limitada. Então, se alguém aprofundou a crise neste país não fomos nós.

Para concluir, presidente, quero dizer que não foi o PT que quebrou o Brasil, foram os golpistas. O candidato que se apresenta não é contra a corrupção, porque é leniente, é calado e é omissivo sobre outras coisas que acontecem no País, quando se trata de seus aliados. Está lá há 27 anos, recebendo altos salários, votou o aumento do próprio salário e não construiu uma produção legislativa que justificasse a sua presença lá esse tempo todo. Ele não significa o retorno de uma sociedade pacífica de enfrentamento à violência, porque propõe e propaga a violência. Não significa aquele que defende Deus acima de tudo, porque até onde sei, como católico e cristão, não está na Bíblia a promoção da violência. Não está na Bíblia retirar a vida de quem quer que seja. Na Bíblia está o amor, está a tolerância. Cristão de verdade não pactua com a violência, com a intolerância, com a tortura. Talvez não haja alguém que tenha sido mais torturado na história da sociedade que o próprio Cristo. O que você diria para Jesus Cristo? Que apoia um candidato que apoia tortura, apesar de o Senhor ter sido torturado? Isso não é ser cristão. Obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 19/10/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Lucilene Margaret Gomes da Silva, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

exonerando Silvania de Araújo Faria Silva, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Elisângela de Brito Carvalho, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Leandro Genaro;

nomeando Jose Gabriel Rocha Junior, padrão VL-33, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo;

nomeando Rogerio Luis Severiano Augusto, padrão VL-35, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Cláudio do Mundo Novo.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 133/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Gibbor Publicidade e Publicação de Editais Eireli EPP. Objeto: prestação de serviços de publicação de avisos de licitação em jornal diário de grande circulação estadual. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 17/1/2019 a 16/1/2020. Dotação orçamentária: 1011-01.122.701-2.009-3.3.90(10.1).



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 17/10/2018, na pág. 35 onde se lê:

“Na data de 15/10/2018”, leia-se:

“Na data de 16/10/2018”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe na edição de 18/10/2018, na pág. 27, onde se lê:

“Na data de 15/10/2018”, leia-se:

“Na data de 16/10/2018”.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 5.091/2018

Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas

Fica sem efeito a publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/10/2018, na pág. 6.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 23/10/2018, na pág. 7, onde se lê:

“Noanny Sousa e Sousa”, leia-se:

“Noanny de Sousa e Sousa”.

E, onde se lê:

“Sonia Marcia de Lima Antunes”, leia-se:

“Sonia Marcia Antunes Rolim”.